

9 de Janeiro 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 41 / Kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza



Mário Mujetes © IE

REGULADOR ANGOLANO EM BUSCA DE 'REPUTAÇÃO'

Europeus testam credibilidade do BNA

BANCA. O processo de avaliação à supervisão bancária do BNA pelo Banco Central Europeu (BCE) foi antecipado para este mês, adiantando dois anos sobre a data inicialmente prevista. O objectivo da avaliação passa por tornar o sistema financeiro nacional equivalente às regras europeias, e o governador do BNA, Valter Filipe, avisou que há desafios que envolvem bancos, empresas e famílias. Os europeus exigem que Angola acabe com o mercado paralelo de divisas. Pág. 16

AFRONTA À LEGALIDADE

Advogados contestam lei que regula saída de divisas

Especialistas afectos à LNJ & Advogados consideram "inconstitucional e ilegal" o aviso do BNA, de Abril de 2016, que regula a movimentação de moeda nacional e estrangeira para o exterior por residentes e não residentes cambiais. Pág. 22



INSTITUIÇÃO DIZ QUE ACEDEU À LEI TARDIAMENTE

Banco BIC cobra taxa especial depois do prazo

O Banco BIC debitou a Contribuição Especial sobre as Operações Bancárias, depois da entrada em vigor da sua revogação, a 1 de Janeiro. A instituição assegura que os valores serão reembolsados. Pág. 15



Deutsche Bank de regresso

O último correspondente bancário que deixou o país, no final do ano passado, poderá regressar este ano, com a possibilidade de reabrir, pelo menos, uma porta de venda do dólares a Angola. A promessa é de Valter Filipe, que inicia conversações na Europa, em Fevereiro. Pág. 14

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 176,2 Kz (0,6) ▲ LIBRA 209,9 Kz (+4,1) ▲ YUAN 24,0 Kz (-0,1) ▼ RAND 11,9 Kz (-0,3) ▼



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Tel: +244 945 766 958 e-mail: digitos.numeros@gmail.com

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



(IN) CERTEZAS

Com o novo ano a marcar os primeiros passos, apenas um facto pode ser antecipado com certeza matemática no conjunto da agenda útil de 2017: a realização das eleições gerais no segundo semestre. Sem histerias futuristas, só uma catástrofe inimaginável impediria a concretização da disputa eleitoral, já embebida em algum mistério pela (in)decisão de José Eduardo dos Santos de declinar a posição de cabeça de lista do partido no poder. O resto do processo político relevante, ainda que pintado de disputas por opções político-legislativas divergentes, está suficientemente assegurado. O abandono do projecto de alteração da Lei Geral da Eleições, aprovada em 2011, assinalou um raríssimo consenso entre o MPLA e a UNITA que refreou os ânimos de todas as bancadas no Parlamento, não obstante os votos em contrário da CASA-CE e do PRS. As divergências entre poder e oposição, face à distribuição de competências entre o Governo e a Comissão Nacional Eleitoral, no âmbito do registo eleitoral, não devem precipitar também qualquer abanão significativo ao ambiente pré-eleitoral. E não há melhor prova disso do que os apelos sucessivos das principais lideranças na oposição à população adulta para

a adesão em massa ao registo eleitoral. Pior incongruência do que conspirar contra o registo eleitoral, nesta fase, seria ouvir um Samakuva ou um Chivukuvuku a elogiar efusivamente a governação de José Eduardo dos Santos, o que é mais do que improvável. Por isso, a partir de hoje, podemos escrever, com segurança, que as condições políticas para as eleições deste ano estão asseguradas. Com mais ou menos insultos, com mais ou menos tensão, o que se seguirá é o natural jogo político, incontornável nas disputas de poder, especialmente em contextos, como o nosso. Contextos em que um dos lados da contenda anseia pelo poder há décadas, como quem, abandonado no deserto, clama por água.

Diferente dos factos mais palpáveis na política, na economia, as incertezas, entretanto, abundam. E, como não podia ser diferente, o comportamento do preço do petróleo coloca-

-se incontornavelmente como o factor decisivo. Os sinais de recuperação nos últimos dois meses, precipitados pelo acordo entre os membros da OPEP, no sentido do corte na produção em 1,1 milhões de barris por dia, são excessivamente recentes para oferecerem garantias estáveis e prolongadas ao longo do ano. Outra incógnita destacável são indiscutivelmente os resultados que se esperam da 'campanha' do BNA pelos palcos dos reguladores europeus para a credibilização do sistema financeiro nacional. Se é verdade que a equipa de Valter Filipe espalha entusiasmo e confiança, à volta de uma provável mudança de percepção da banca angolana pelos europeus, não é menos verdadeiro que esse trabalho depende também da capacidade dos operadores angolanos de se adaptarem às regras e de cumprirem exigências. E sobre esse processo de ajustamentos a nível da banca, vitais à credibilização do sistema financeiro, é de que menos se sabe. Não se sabe até que ponto já atingiu a vassoura de Valter Filipe para limpar um sistema que, alguma vez, a própria governação do BNA chamou de "promíscuo". O que todos sabemos, como certeza, é que uma avaliação positiva dos europeus começaria por ser uma lufada de ar fresco até sobre a crise cambial que continua a triturar o Estado, as empresas e as famílias.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Martins Chambassuco, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuesseca

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721; **Nº de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

e-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Botelho de Vasconcelos

Ministro dos Petróleos

Angola já cortou os 78 mil barris por dia?

Não. O compromisso foi assumido a partir de Janeiro. Estamos a mobilizar as companhias para que cada uma delas possa vir a assumir. Cada um dos blocos tem as suas especificidades. É preciso analisar e definirmos como fazer o ADN de cada bloco, para haver um equilíbrio das receitas, ver o que o Estado ganha da recolha de imposto e o equilíbrio entre todos, que é fundamental. Esse é o trabalho que está a ser feito.

Acredita que poderá trazer um benefício para o mercado em geral?

Bom... traz um benefício.

Que benefícios?

Como sabe, a OPEP assumiu o compromisso de cortar 1,2 milhões de barris e nós assumimos o compromisso de cortar 78 mil barris. Houve uma reunião dos membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e os não membros, que assumiram cortar cerca de 558 mil barris dos 600 previstos. Entre os não membros, foram mobilizados alguns países, outros, que não estiveram na reunião, irão ser contactados para que esse diferencial, dos 558 mil para os 600 mil, possa solidarizar-se com todos.

TERÇA-FEIRA

A Economist Intelligence Unit (EIU) considerou que as contínuas dificuldades orçamentais em Angola e a proximidade das eleições presidenciais vão potenciar o surgimento de protestos, com a repressão das autoridades a poder fomentar a instabilidade.

QUARTA-FEIRA

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) vai retomar o serviço de crédito bancário, interrompido em meados de 2015 apesar de atravessar uma crise de liquidez, agravada pelo volume de crédito malparado, anunciou o presidente da Comissão Executiva da instituição, Zinho Baptista Manuel.

QUINTA-FEIRA

O Governo vai alocar 10% das receitas fiscais associadas à importação de produtos agrícolas para financiar o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA), em processo de reestruturação. A medida consta do novo estatuto orgânico, aprovado em Dezembro.



SEXTA-FEIRA

A Unitel concluiu a operação de compra de 2% do capital do BFA ao Banco Português de Investimento (BPI), passando a controlar 51,9% da instituição. Mário Leite da Silva assumirá o cargo de presidente do conselho de administração do BFA, substituindo Fernando Ulrich.



SEGUNDA-FEIRA

Seis novos grupos geradores chegam este mês a Mbanza Congo, para reforçar a central térmica do Kianganga localizada nesta cidade e que, actualmente, funciona com três grupos geradores. A informação foi prestada pelo director provincial das obras públicas, Eduardo Chilembo.

SÁBADO

A direcção dos Transportes, Correios e Telecomunicações de Malanje arrecadou, no ano passado, mais de 10 milhões de kwanzas, na cobrança de licenças de viaturas ligeiras e pesadas, informou o director da instituição, Cardoso Balanga, no balanço de 2016.



DOMINGO

A Sociedade Mineira de Catoca, maior empresa diamantífera de Angola, produziu, em 2016, mais de sete milhões de quilates de diamantes, informou o director-geral da instituição, Sergei Amelin, que, no entanto, não avançou os dados da facturação do ano em referência.



COTAÇÕES

TOYO 時価総額 上場銘柄数 4005940 銘柄 1713 41503 銘柄 413 22559 銘柄 186		TOPIX 時価総額 上場銘柄数 1524704 銘柄 188 8283 銘柄 108 80843 銘柄 108 14,682 銘柄 108 18222 銘柄 108		現在値 C 1152.80 前日比 Change +4.0% 1156.03 1159.45 1151.94		現在値 C 13703.62 前日比 Change +0.3% 13687.26 13745.71 13686.78	
TOPIX ニューインデックスシリーズ TOPIX Core30 612.65 +4.1% TOPIX 100 768.16 +4.0% TOPIX 300 898.95 +4.1% TOPIX Small 1342.17 +4.1%		北アメリカ指数 S&P 500 1878.78 +0.4% ナスdaq平均 3269.33 +0.4%		株式先物・オプション 日経先物 1154.0 +0.4% TOPIX先物 1152.80 +0.4% 日経オプション 1015.0		債券先物・先物オプション 日経先物 13703.62 +0.3% TOPIX先物 13687.26 +0.3% 日経オプション 13745.71 +0.3%	
ヨーロッパ指数 FT-SE100 6406.12 +0.1% DAX 7658.21 +0.1% CAC40 3783.05 +0.1%		アジア指数 香港先物 2200.0 +0.2% シンガポール先物 32 +0.1% ニューストリア先物 50 +0.2%		為替 円/米ドル 99.34円 +0.0% 米ドル/ユーロ 118.88円 +0.0% 米ドル/ポンド 111.11円 +0.0%		世界時 NY 12:04 LON 12:04 HK 12:04 SYD 12:04	

MERCADOS EM ALERTA

A primeira sexta-feira do ano começou com os mercados financeiros na defensiva, à espera dos números sobre o emprego nos EUA. Os mercados da Ásia terminaram a sessão sem direcção, com a maioria das montadoras japonesas sob pressão, depois de Donald Trump ter ameaçado a Toyota com pesados impostos e o iene a subir contra o dólar. Em Hong Kong, o índice Hang Seng subiu 0,27% e na China o Shanghai Composite fechou em baixa de 0,35%, e o Shenzhen Composite recuou 0,87%.



DÓLAR QUEDA EM MÁXIMOS HISTÓRICOS

No mercado de câmbio, o dólar recuou cerca de 101 vezes contra um número significativo de moedas na quinta-feira, a partir de níveis acima de 103,60, atingido no início da semana. Analistas comentam que as tentativas da China de estabilizar a saída de capital provavelmente movimentaram o mercado cambial da noite para o dia. Na quinta-feira, o yuan da China subiu no ritmo mais rápido em relação ao dólar em um ano.

Entrevista

LUÍS VERA PEDRO, PCE DA BONWS SEGUROS

“A Bonws está preparada para ir ao mercado dos petróleos”

Presidente da comissão executiva da Bonws Seguros promete novos serviços este ano e diz-se preparado para entrar no apetecível mercado do seguro petrolífero, dominado pela Ensa. Na entrevista que se segue, o gestor não poupou críticas ao quadro regulador do sector, onde, segundo analisa, falta maior fiscalização.



Por António Nogueira

A

Bonws Seguros está no mercado angolano há sensivelmente dois anos. Que balanço faz do desempenho da empresa durante este período?

O primeiro ano de actividade não foi nada expressivo. Em 2015, já foi um ano em que a Bonws fez algumas coisas de diferente no mercado. Mas apontamos, sem dúvidas, 2016 como o marco para esta empresa. Em 2016, a nossa expressão no mercado foi marcante. Tentamos, acima de tudo, fazer diferente até em relação às queixas habituais dos clientes, que é a parte do tratamento de sinis-

tros e a qualidade no atendimento.

Qual é o posicionamento da empresa, face ao mercado?

Sempre disse que não me preocupava em ser o maior. Sempre disse que queria ser o melhor. Há congéneres no mercado que vão sempre ser os maiores, algumas por razões sociopolíticas, outras por razões da sua própria capacidade financeira. A Bonws não pode concorrer directamente com essas empresas, muitas das quais atreladas a grupos estrangeiros que investiram em Angola, e que possuem uma capacidade financeira muito superior à nossa. Não podemos também concorrer directamente com a Ensa, que é a seguradora do Estado que vai estar sempre, de alguma forma, segura na sua posição de liderança, até porque acaba por ser sempre a grande participante

dos principais negócios que dizem respeito ao Estado.

Mas...

Mas o posicionamento da Bonws não fica muito atrás das maiores seguradoras do mercado, em termos de organização e trabalho. Portanto, só fica atrás das maiores porque chegou em 2014 e acabou por vingar em 2016, sendo que há congéneres, no mercado, que já levam oito a 16 anos de existência. Se nos compararmos ao nível das (seguradoras) mais recentes, poderia dizer que sim! Que a Bonws adquiriu alguma expressão, porque estamos a trabalhar, se calhar, de forma muito diferente. Levamos a sério o negócio dos seguros. Estamos a gerir riscos a 100 por cento.

Refere que a empresa ganhou “alguma expressão”, curiosamente

em contexto de crise. Isso tem uma alguma explicação em particular?

Diria que todos sentimos essa conjuntura de crise. Ainda mais os que já ostentam uma carteira grande de clientes e que estão há mais tempo no mercado. A maior parte dessas companhias viu decrescer a sua carteira de clientes. Agora, em relação ao risco, nota-se que o mercado está a tomar uma atitude diferente perante uma situação de sinistros. Noto que o mercado está, cada vez mais, a preocupar-se em satisfazer os seus clientes na hora do sinistro. Na Bonws, o sinistro de pequena dimensão é tratado em 24 horas e o de média dimensão, se for necessário a intervenção de um perito averiguador, no máximo, fica decidido em uma semana. Se estivermos a falar de um sinistro com alguma dimensão, que exige uma avalia-

ção diferente, estamos a falar de 30 dias no máximo para dar cobertura a situação. Mas isso é em relação ao risco industrial e não ao risco automóvel em que, julgo, temos sido até a primeira seguradora, em Angola, a fazer o chamado pagamento na hora. O cliente, com facturas de até 50 mil kwanzas, recebe o montante na hora. Entretanto, vejo que as seguradoras e os seus gestores estão cada vez mais preocupados com a mesma coisa que é fazer face à retenção do cliente e isso só ocorre se prestarmos bons serviços.

De que forma a escassez de divisas impacta na actividade da empresa?

Estamos a trabalhar com uma entidade bancária angolana, que não vou publicitar, que nos tem vindo a resolver os nossos problemas de transferências. Temos vindo a efectuar

“Há congéneres no mercado que vão sempre ser os maiores, algumas por razões sociopolíticas, outras por razões da sua própria capacidade financeira.”

transferências para fora até nos últimos dois meses (de 2016). Estamos a conseguir honrar e fechar todos os tratados ao ponto de, quando estivermos a negociar os tratados de 2017, termos as coisas bem feitas para não correremos o risco de não termos também peso de negociação. O que vejo nessa economia é não nos sujeitarmos às regras que nos querem vir impor. Isso é que tem sido um bocado a minha preocupação. Porque pagar o resseguro tem a sua dificuldade, mas o problema depende também do peso da negociação. Ou seja, não ter a facilidade ou a capacidade de fazer o pagamento à hora, poderá fazer com que percam também alguma força, em termos de negociação. O ideal, como já partilhei com alguns responsáveis de algumas congéneres, seria vir a pagar o resseguro em kwanzas.

Mas até que ponto o kwanza será uma possibilidade para as resseguradoras?

Desde o primeiro dia que cheguei à Bonws, não conheço outra divisa, só conheço o kwanza. Aos fornecedores que se aproximam a essa casa, a primeira coisa que pergunto é se recebem kwanzas. Se me dizem que não, automaticamente digo que estou fora. Sabemos que temos de pagar mais, mas o que temos vindo a fazer é que sempre que exista alguém que nos possa proporcionar esse serviço em Angola, privilegiamos o fornecedor angolano ao invés do estrangeiro. Não só pela questão da divisa, mas, às vezes, até por uma questão de moralidade porque, se falamos tanto que o dinheiro sai do país para fora é porque alguém o põe lá.

Entretanto, nós fazemos o contrário, ou seja privilegiamos as parcerias internas. No caso dos resseguradores, o desejável é que pudessem receber em kwanzas. Mas compreendo que também é difícil para uma Swiss Re ou outra resseguradora de âmbito internacional agir somente dentro desse quadro. Agora, capacidade de honrar compromissos com sinistros, acho que o próprio mercado vai encarregar-se de filtrar as companhias com as quais deverão ficar ou não.

Há empresas que admitem alterar os preços dos seguros face à crise. Justifica-se?

Numa das minhas primeiras entrevistas, dizia que Angola tinha o preço de seguro mais caro do mundo.

Percebo essa história do aumento do preço, até porque existem seguradoras que, pela perda da carteira de clientes, tenham de vender mais caro. Mas tudo indica que não vamos ter necessidade de aumentar os preços dos seguros em 2017.

A Bonws optou por não estar presente no co-seguro agrícola. Achamos que não era o momento, nem o nosso foco. Achamos que não existe conhecimento adequado interno para estarmos a meter-nos num determinado risco que não conhecemos.

A Bonws está capacitada para ir ao mercado petrolífero tal qual está a Ensa. Se calhar, de forma até mais rápida, por se tratar de uma empresa mais pequena, ágil e versátil.



Entendo que exista algum receio face a algum risco que não se consegue ainda quantificar. Há mercados mais maduros, em que se consegue quantificar o risco em todas as suas vertentes e depois aplica-se uma determinada margem já muito residual dos chamados riscos que pode não ser quantificáveis. No entanto, nestes mercados mais emergentes, é natural que haja riscos que não se consegue quantificar.

E, com base nisso, tenta criar-se o máximo de protecção para que, depois, se justifique ter um preço que vai ser ajustado a um nível de sinistralidade.

No nosso caso, ainda não vejo necessidade para tal, fruto de uma baixa sinistralidade que ainda temos no mercado. Se essa baixa de sinistralidade se deve também a algumas atitudes de prevenção que temos vindo a ter? Possivelmente também é. No caso dos acidentes de trabalho, por exemplo, toma-se, em média, uma sinistralidade do mercado na ordem dos 34, 36%. Sem querer dizer os números, mas, em Angola, temos uma média muito inferior a isso.

A Bonws optou por ter um médico residente. É uma estratégia de diferenciação?

Sm. Desde Outubro de 2015 que temos médicos, responsáveis clínicos, na nossa seguradora. E talvez sejamos a única seguradora, em Angola, que tem um médico residente. Isso não acontece por acaso. Foi pensando numa política de crescimento. O facto de termos um médico residente para atender sinistrados de trabalho e que consegue opinar sobre situações extremamente complicadas fez com que conseguíssemos prevenir algumas situações.

Ou seja, conseguimos ajudar o empregador, porque muitas vezes conseguimos apurar que determinada situação poderia ser tratada com muito mais rapidez, permitindo também ao próprio empregador ter de volta o seu funcionário no serviço mais rápido do que o normal. Tudo isso tem dado margem para uma prevenção, em termos de riscos maiores o que faz com que, depois, as taxas de sinistros também sejam mais baixas. O que faz com que depois não

tenhamos de aumentar o preço de determinado produto. No seguro automóvel também não vejo evidências que me digam que vou ter de aumentar o seguro. Portanto, percebo essa história do aumento do preço, até porque existem seguradoras que, pela perda da carteira de clientes, tenham de vender mais caro. Mas, a nível da nossa estrutura, que ainda é pequena, conseguimos ter uma boa gestão destes aspectos. Tudo indica, no entanto, que não vamos ter necessidade de aumentar os preços dos seguros em 2017.

A Bonws estará no seguro agrícola?

Fomos convidados como todas as outras seguradoras, mas optámos por não estar presentes no co-seguro agrícola. Achamos que não era o momento, nem o nosso foco. Achamos que não existe conhecimento adequado interno para nos envolvemos num determinado risco, o qual não conhecemos. E isso tem sido uma forma de estar no mercado. Se não conhecemos o risco onde estamos a pôr cobertura de sinistros, não vale a pena irmos fazer as coisas de uma forma amadora. Isso tem sido um princípio da Bonws.

E quanto ao seguro petrolífero?

Aqui, estamos a falar de algo completamente diferente. Repito que não somos melhores, nem piores, somos diferentes. A Bonws tem um acordo com um broker, em Londres, que está integrado num grupo forte. São dois colossos dentro do mercado da correctagem de resseguros. A vantagem de estarmos juntos desses dois colossos é principalmente o facto de serem especialistas na área da energia. Portanto, houve um cuidado, já com mais de um ano, de fazermos uma parceria que nos desse mais-valia para perceber as coisas desse mercado. Dentro da Bonws há especialistas que percebem de grandes riscos industriais, alguns com mais de 40 anos de experiência.

Ao contrário do que se diz que, em Angola, não há ninguém com capacidade para actuar no mercado petrolífero, eu diria o contrário. Existe capacidade, sim. Apesar de o risco ser específico, há capacidade. Só não haveria capacidade, se não estivéssemos a investir no conhecimento técnico, como temos vindo a fazer internamente. Ou seja, temos investido em formação na área técnica.

PERFIL

Luís Vera Pedro é formado em Direito, pela faculdade de Direito de Lisboa. Antes de estar no actual cargo de presidente da comissão executiva da Bonws Seguros, que assume desde Setembro de 2015, desempenhou funções quase semelhantes em outras companhias especializadas em seguros, entre as quais se destaca o cargo de director de vendas do grupo Konecta, que actua na área de mediação de seguros, em Portugal. Entre 2013 e 2015, foi membro de administração da empresa My Seguros, mas antes, entre 2008 e 2013, já tinha sido director-geral da Halcon Seguros que, tal como a primeira, opera no mercado português.

Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

nica dos petróleos exactamente para estarmos preparados. Os nosso parceiro em Londres inclusive é broker de companhias petrolíferas. Se eles são bons para trabalhar directamente com companhias petrolíferas e que até são conhecedores do mercado angolano, significa que a Bonws Seguros automaticamente está capacitada para isso.

Ou seja, a Bonws Seguros está capacitada para ir ao mercado petrolífero tal qual está a Ensa. Se a Ensa, quando tomou o lugar das AAA, teve também, de alguma forma, de herdar um processo que estava em curso, a Bonws tem a mesma capacidade de adaptação. Até se calhar mais rápida por ser uma empresa mais pequena, ágil, versátil e que ainda não tem os vícios de mercado. Portanto, a Bonws está altamente preparada para ir a um suposto e desejável mercado liberalizado da área dos petróleos.

Mas o que fez a empresa, até aqui, para firmar a sua presença no mercado do seguro petrolífero?

Temos vindo a manter algumas reuniões com alguns dos mais importantes decisores nessa área, precisamente para lhes transmitir a nossa capacidade técnica e a nossa capacidade de tratarmos destes assuntos mais delicados e isso tem vindo a ser reconhecido. Hoje, até nessa área, a Bonws já está reconhecida como tendo vontade genuína, capacidade e o conhecimento necessário.

Está capacitada também em termos de resseguros para esse negócio específico?

Qualquer risco da área petrolífera tem de ser colocado lá fora, porque, se até o risco menor, como os automóveis e outros do mercado, são colocados em resseguros, é evidente que o mercado do petróleo não poderia ficar inteiramente em Angola. Isso é em qualquer mercado maduro. Se perguntar como está montando o negócio na Nigéria, vai saber que este negócio está feito em pool e parte desse risco é colocado em resseguro. Se formos para mercados mais maduros ainda, como o do Egipto, que está formado de maneira mais liberal e consistente, vai saber exactamente a mesma coisa. O resseguro vai estar sempre presente. Portanto, o resseguro aqui é que vai mandar.



ARSEG tem vindo a fazer um trabalho notável com os recursos que tem. Mas é necessário que haja mais fiscalização no mercado.

A capacidade técnica de gerir o próprio negócio. Não é propriamente a capacidade financeira, porque, em relação a isso, estamos todos ao nível. Não é mais 10 milhões ou 100 milhões de capitais sociais que possa ter outra seguradora em relação a Bonws que vai dar a mais-valia para que aquela empresa faça mais

retenção, porque o que se tem visto, a nível da retenção, é que está tudo muito igual entre as companhias. Mesmo as companhias que têm capitais sociais superiores não estão a fazer mais retenção líquida do que aquelas que têm menos capacidade financeira. No nosso caso, quem lidera o nosso tratado de resseguro é a Swiss Re, depois temos a Africa Re. A verdade é que não temos necessidades de atrasar pequenos processos, assim como não temos também necessidade de atrasar os grandes processos. Em caso de um grande sinistro, temos os resseguradores a responder em conjunto.

A empresa não 'abraçou' o co-seguro. Há outras iniciativas a que está vinculada a este nível?

Em termos de co-seguros, já tivemos desde as primeiras horas. Estamos nos co-seguros da TAAG, ENANA,

Catoca e nos aviões da casa presidencial. Todos estes co-seguros têm sido devidamente tratados pela Bonws Seguros desde a primeira hora, atrelada a uma boa gestão de riscos para não estar a fazer uma acumulação de capitais de riscos numa dimensão maior. Portanto, o negócio do petróleo é exactamente a mesma coisa. Vamos querer estar presentes e queremos ter uma acção mais participativa do que aquela que temos tido.

Qual é a avaliação que faz do actual quadro regulador do sector em Angola?

A ARSEG, quanto a mim, tem vindo a fazer um trabalho notável com os recursos que tem. Agora, é necessário mais fiscalização no mercado. A Bonws exige que haja mais fiscalização no mercado por uma questão até de concorrência séria e transparente em que as pessoas sintam que esse mercado é profissional e solidificado e que existem profissionais que estão a sério na gestão de riscos. A Bonws tem uma visão muito conservadora do mercado e, por outro lado, uma visão muito inovadora. A visão conservadora que temos é que achamos que as seguradoras devem dedicar-se exclusivamente à gestão de riscos e deixar a parte da distribuição para o canal da mediação. Por outro lado, temos uma visão inovadora, porque fazemos coisas um bocadinho diferentes do padrão habitual de gestão de riscos, o que também, às vezes, causa um impacto inovador no mercado. A ARSEG, em minha opinião, deve ter uma presença mais próxima. E, inclusive, as multas têm de ser mais pesadas. Quem faz as coisas fora do caminho que deveria ter feito, tem de sentir o peso de uma ARSEG dura e atenta.

Entre particulares e empresas, para que segmento está focada a carteira de negócios da Bonws Seguros?

Nossa carteira de clientes está muito focada no corporate. Foi este o caminho que decidimos. Não decidimos por um mercado massificado, que já é muito explorado pelas grandes companhias de seguros.

O mercado estava habituado a servir um menu que estava quase pré-elaborado e nós procuramos fazer exactamente o contrário, ou seja ir ao encontro das expectativas e das ansiedades que estavam a ser provocadas pela crise.

Quando detectámos que o mercado estava a sofrer uma reviravolta por-

que os 'budgets' começavam a ficar apertados, decidimos apostar no corporate. Ao invés de esperar que os clientes nos pedissem, fizemos o contrário.

Agimos como verdadeiros consultores de riscos e fomos junto das grandes empresas, sugerindo soluções específicas para o nível de cada cliente. E o mercado não estava habituado a isso. Ou seja, estava habituado a soluções fechadas. E nós, como não quisemos trabalhar em soluções fechadas, porque achamos que o desejo era o de fazer construir algo customizado para estes clientes, começámos a trabalhar numa solução customizada à medida de cada cliente. Isso permitiu fazer uma diferenciação à partida.

Que espaço resta então para os particulares na vossa carteira de clientes?

Os particulares continuam a ter um peso residual na nossa carteira, essencialmente a nível do seguro automóvel e do seguro de saúde. As grandes empresas que trabalhavam connosco, muitas delas não tinham um plano de saúde que cobrisse, por exemplo, os seus familiares. Não fazia sentido que a Bonws continuasse a assegurar uma determinada companhia, os seus responsáveis directos, sem que essa cobertura chegasse às famílias destes respectivos funcionários. Portanto, hoje estamos a este nível residual, mas continuamos a ter a nossa carteira focada no seguro automóvel e de saúde.

E não se pretende alargar essa base de clientes?

Pretendemos, sim! Temos feito até algumas parcerias como, por exemplo, na área dos acidentes pessoais, que é uma área que gostaríamos de ver desenvolvida. O seguro de acidentes pessoal é baratíssimo comparativamente ao seguro automóvel ou o de saúde. Pretendemos assegurar, por exemplo, o seguro de acidentes pessoais escolares. Já fizemos algum trabalho de sensibilização junto de alguns colégios para a protecção dos seus educandos. E algumas coisas surgiram, até porque sabemos que o mercado não tem ainda maturidade suficiente para compreender, muitas das vezes, o sentido da protecção que está a ser dada. Normalmente, as pessoas têm o hábito de fazer aquilo de que mais necessitam, mas temos todo o desejo de entrar também no mercado do multirrisco habitação.



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO

• Blocos 	• Abobadilhas 	• Lancil 	• Pavê 	• Lajetas 
• Manilhas 	• Grelha de enlramento 	• Tubos 	• Cones 	• Caixas de visita 

✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS

• Vigotas 	• Painel e Laje Alveolar 	• Laje TT 	• Ripas 
--	--	--	--

✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Economia/Política



PARA OS PRÓXIMOS ANOS

OPSA sugere inclusão de subsídio de desemprego no OGE

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO. Organização não-governamental quer instituída nas próximas programações financeiras do Estado rubrica 'transferências monetárias para pessoas sem possibilidade de trabalhar e ter rendimentos', sugestão que acompanha mais recente posicionamento da entidade face ao OGE 2017.

Por Nelson Rodrigues

Observatório Político e Social de Angola (OPSA) e a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) recomendaram ao Governo a inclusão da rubrica 'transferências monetárias para pessoas sem possibilidade de trabalhar e ter rendimentos', nas próximas programações financeiras, mecanismo que deve actuar como subsídio de desemprego, de acordo com a reco-

mendação número três, de um conjunto de 19 enviadas ao Executivo, inscrita no parecer das duas entidades sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) 2017.

Na sua análise ao OGE 2017, o OPSA e a ADRA entendem que o Governo deve fazer "uma profunda reflexão no sentido de reorientar os futuros OGE, priorizando na agenda o bem-estar das populações", assim como o "combate às assimetrias regionais e à pobreza extrema", além do incremento dos gastos com educação, saúde, justiça, agricultura e combate à pobreza. "Recomendase o estudo do estabelecimento de um sistema de transferências monetárias para as pessoas sem possibi-



dade de trabalhar e ter rendimentos, a exemplo de outros países, dando assim forma a uma estratégia nacional para o sector de protecção social não contributiva", sugerem o OPSA e a ADRA, na sua mais recente análise ao OGE para 2017.

As duas organizações dedicadas ao estudo e ao debate de políticas sociais pedem ainda ao Governo explicações sobre os critérios que são utilizados para cortes financeiros em alguns programas e o aumento em outros, indicando que o Governo deve procurar "priorizar cortes que não afectem ainda mais os mais pobres". De acordo com o parecer da OPSA/ADRA, entre as grandes prioridades na execução da despesa orçamen-



A INVENTARIAÇÃO de todos os bens públicos do exercício de 2016, iniciada a 5 de Setembro, deve terminar em Abril, segundo a chefe de Departamento de Cadastro e Inventário da Direcção Nacional do Património do Estado, Noémia Caracol.



O SECTOR INDUSTRIAL da província do Huambo gerou 324.540.328 de kwanzas, em 2016, um aumento de 53% em relação ao ano anterior, informou o director provincial da Indústria, Geologia e Minas, Bonifácio Vissetaca.

Sobre o parecer

O OPSA e a ADRA consideram que, ao apresentarem a sua opinião sobre o OGE de 2017, com uma abordagem pedagógica, pretendem apoiar os cidadãos, especialmente os interessados nas questões relacionadas com as políticas públicas, com elementos de análise que permitam um “mais judicioso conhecimento das opções governamentais”. Consta também dos objectivos do parecer “contribuir para um debate, o mais alargado possível, que amplie o conhecimento e influencie o procedimento do exercício de elaboração e discussão do OGE”, visando “uma maior participação e controlo por parte dos cidadãos”. As duas organizações explicam que pretendem ainda disponibilizar argumentos que permitam, “tanto aos cidadãos, como aos representantes que elegeram, monitorar o desempenho do poder executivo em 2017 na implementação do OGE e de políticas públicas seleccionadas, na base das implicações que têm na vida das pessoas e das famílias”.



15

número de páginas que contém o parecer das duas ONG.

62,8

mil milhões de dólares, stock da dívida governamental para 2017.

tal, deve figurar o “investimento na agricultura e na assistência técnica ao sector, bem como a reabilitação de estradas secundárias e terciárias, sem as quais a produção agrícola e o comércio não poderão ter desempenho aceitável e as populações ficarão ainda mais vulneráveis”.

No parecer com mais de 15 páginas e vários pontos dirigidos às organizações da sociedade civil, partidos políticos e ao Governo, as duas organizações recolocam a necessidade de “uma análise criteriosa sobre a política de endividamento do país”, devido ao “crescimento da dívida pública, bem como ao aumento de juros que a mesma tem vindo a sofrer, num contexto de recuo económico”.

Pela análise do OPSA/ADRA, a nova programação orçamental 2017 prevê gastar 31,64% do total das despesas apenas no pagamento da dívida (externa e interna), a qual totaliza 2,338 biliões de kwanzas. Já o stock da dívida governamental deverá ser de 62,8 mil milhões de dólares, repre-

sentando 52,7% do produto interno bruto (PIB).

Em Novembro de 2016, foi aprovada uma nova lei sobre o endividamento público. Segundo o novo enquadramento, o tecto máximo de 60% para a dívida pública, interna e externa, de curto, médio e longo prazos, será apenas um valor de referência não vinculativo. No entender do OPSA/ADRA, a “principal consequência desta alteração é que se torna possível superar o tecto de 60% da dívida pública”, apesar de o ministro das Finanças, Archer Mangureira, ter explicado que a nova lei não altera o rácio de 60% da dívida pública, explicando que o mesmo “obriga o Governo a apresentar nos orçamen-

tos seguintes medidas para retomar uma trajectória da dívida pública dentro daquele referencial”.

OPSA/ADRA APONTAM MELHORIAS

Não só de insuficiências está composto o OGE 2017. É o que se pode entender das observações levantadas pelo OPSA e pela ADRA, que, no seu parecer, garantem terem sido acolhidas “algumas” das suas contribuições relativas ao OGE. As organizações elogiam, sobretudo, o “facto de o Relatório de Fundamentação indicar o objectivo de melhorar o impacto da política económica e social do Estado, através da reestruturação e de uma maior coordenação da despesa a nível sectorial, local e macro-fiscal e através da revisão de mecanismos e procedimentos de monitoramento da implementação dos Programas, evitando-se desperdício de recursos”.

“O OPSA e a ADRA saúdam o Executivo pela adopção de medidas que revelam e reforçam o necessário esforço de diversificar a economia, nomeadamente o relativo aumento de verbas para a agricultura e da receita não petrolífera”, lê-se na parte introdutória das recomendações de carácter geral.

Também foi dada nota positiva ao Ministério das Finanças e demais órgãos do Estado, pela “melhoria significativa” na divulgação de informação, apesar de “ainda haver muitas insuficiências, principalmente na reiterada falta de informação que sustenta alguns dos valores apresentados no OGE”, além dos “atrasos na publicação de relatórios de monitoria do Tribunal de Contas e os relativos à execução das políticas públicas”.

PUB

macon

Seu Destino, nosso Objectivo!

Carreiras Interprovinciais

A Macon Transportes está presente por toda Angola, excepto Cabinda, com carreiras interprovinciais distribuídas estrategicamente que unem o país em todas as direcções e sentidos há mais de 12 anos. Oferecemos estrutura própria de atendimento e a frota mais nova do país, disponível nas principais rotas, monitorada via satélite que significa maior segurança e pontualidade durante as viagens.

Central de Atendimento Autocarros: 936 78 91 73 / 226 21 35 04

Aluguer & Fretamento

Realizamos os serviços de aluguer e fretamento, para atender viagens de passeios, negócios e encontros diversos, além de soluções customizadas e adequadas para o transporte de funcionários de empresas entre suas casas e locais de trabalho.

Sistema Integrado de Bilhete Eletrónico

Cargas & Encomendas

A Macon Cargas oferece várias opções em transporte rodoviário de encomendas, uma para cada necessidade de seu negócio. A frota é Ágil e Flexível para pequenos, médios e grandes volumes, através de transporte exclusivo, fracionado e urgente.

Central de Atendimento Cargas & Encomendas: 929 22 56 43 / 923 35 85 21 / 918 62 99 70 / 226 21 41 30

Conheça nosso Mapa de Atendimento e Prazos de Entrega.

www.macontransp.com

Economia/Política

OS DESAFIOS DE 2017

Especialistas prevêem que nível de preços vai manter-se elevado

ANÁLISE. Economistas admitem ser possível reduzir taxa de inflação para 15%, conforme estimado pelo Governo no OGE para este ano, mas realçam que processo precisará de ser acompanhado de uma profunda reforma sobretudo a nível da política cambial.

Por António Nogueira

Com o arranque do novo ano, os especialistas antecipam-se a fazer conjecturas sobre o que será a cena económica nacional em 2017, tendo como base as primeiras projecções oficiais, lançadas ainda no final do ano passado.

O prognóstico dos especialistas, nessa altura, conserva, entretanto, algumas reservas em relação à meta projectada para determinados indicadores macroeconómicos, nomeadamente a taxa de Inflação que se prevê que venha a fixar-se nos 15% contra os actuais 41,15%. Apesar da perspectiva de melhoria, a projecção do Governo sobre o comportamento dos preços continua acima da meta estabelecida no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, que fixa

uma taxa de inflação média de 7,0%.

Ainda assim, o economista Precioso Domingos considera “um grande pulo” a meta prevista caso seja concretizada, mas recorda que o maior desafio dependerá, em grande medida, de como se vai comportar a estabilidade a nível do mercado cambial, factor que considera ser um dos principais causadores da inflação em Angola. “Se assumirmos que o mercado, em termos cambiais, já não terá o revês que teve em 2016, talvez seja de considerar, porque o país já sofreu um grande choque em 2016”, assinalou, recordando que “o grande estrangulamento a nível das divisas fez com que os preços aumentassem”.

O economista realça, por outro lado, que, apesar de o Governo se ter antecipado a lançar as projecções dos principais indicadores macroeconómicos, nomeadamente a taxa de inflação, não há garantias de queda dos preços. “Já chegámos em 2017 com o nível de preços do ano anterior. Isto só significa que a intensidade do aumento dos preços em

7

Taxa de inflação média estabelecida no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017

15%

É quanto o Governo estima que deverá ser a taxa de inflação este ano, ao contrário dos actuais 41,15%



2017, se calhar, não será a mesma que a de 2016”, referiu, reforçando que, “para que houvesse uma redução de preços, teria de haver uma deflação, ou seja, inflação negativa, que tinha de passar para zero”, algo que considera muito difícil de se alcançar.

Por sua vez, o economista Yuri Quixina considera ser pouco provável que o Governo materialize a pretensão de baixar a taxa de inflação para 15%, em 2017, sem que haja uma reforma estrutural profunda. “Esta pretensão seria artificial ou conjuntural, tendo em conta a ligeira recuperação temporária do preço do barril de petróleo”, considerou.

Em termos históricos, a taxa de inflação em Angola já atingiu níveis assinaláveis, sendo de referenciar o registo de um dígito, em Agosto de 2012, fixando-se em 9,02% e mantendo-se na mesma ‘casa’ de dígitos nos anos subsequentes, ou seja em 7,69%, em 2013, e 7,48%, em 2014.

O descontrolo dos preços iniciaria na segunda metade de 2014, com a queda do preço do petróleo a exercer forte impacto sobre as bases

macroeconómicas, com múltiplos desequilíbrios a nível do mercado cambial, e a conseqüente retoma da taxa de inflação para dois dígitos.

No mês de Julho de 2015, a inflação atingiu a taxa de 10,41%, em termos homólogos. Nos meses seguintes continuou a subir, atingindo 14,27% em Dezembro daquele ano. Em Novembro de 2016, a taxa de inflação fixou-se nos 41,15%.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto de 2016 previu o encerramento do ano com uma inflação acima da meta programada, que é de 38,5%, o que representa um importante desafio para o Executivo, considerando a necessidade de atracção de investimento privado.

INDICADORES REFORMULADOS

Para além de um programa de ‘controlo’ da inflação, o Governo prevê ainda implementar, em 2017, um plano de sustentabilidade das contas públicas, baseado no “reforço de curto prazo da solidez das finanças públicas e no controlo do rácio



O GOVERNO ANGOLANO abriu um crédito adicional de mais de 40,2 milhões de dólares para pagamento de despesas de 2016 relacionadas com o programa de reintegração socioeconómica dos antigos combatentes e veteranos da pátria.



A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO do edifício de escritórios da Assembleia Nacional, pela empresa Somague, vai custar mais de 41 milhões de dólares e será incluída na linha de crédito e seguro à exportação portuguesa COSEC. A informação consta de um despacho assinado pelo Presidente da República.



Mário Mijicic © VE

da dívida pública dentro de níveis suportáveis”.

O economista Precioso Domingos, comentando a respeito, considera que as despesas de investimento têm estado a depender não da capacidade do Governo em arrecadar receitas, mas sim da capacidade em conseguir crédito. “O Estado fixa as despesas, depois olha para as receitas, sendo que, quando as receitas estão aquém das despesas, o Estado é obrigado a adoptar a política do aumento do crédito que, como consequência, eleva a dívida pública”, assinala.

O facto de 32% do OGE de 2017 estar previsto para pagamentos de serviços da dívida preocupa sobretudo o economista Precioso Domingos que considera que “a política orçamental está a perder força, sendo que o dinheiro que deveria servir para apoiar o sector produtivo vai ter de ser canalizado para o pagamento da dívida”.

Já Yuri Quixina realça que, do ponto de vista técnico, esperaria uma política orçamental virada

para a consolidação ou ajustamento orçamental ‘amigo’ do crescimento económico, com vista a eliminar os bloqueios estruturais causados pelo sector público. “É pena que não é isto que vai acontecer, em 2017. O que vai acontecer é a procura por mais receitas, numa economia que já está fragilizada para aumentar as despesas públicas que não são poucas e que têm aumentado a cada ano.”

Em face da situação económica decorrente da crise do preço do petróleo no mercado internacional, António da Conceição defende ainda que, para 2017, as políticas económicas deverão manter o foco restritivo, contribuindo para o objectivo de ajustamento da procura interna ao contexto da volatilidade do preço do petróleo, como efeito adverso das condições económicas externas enquanto prosseguem os esforços de diversificação da actividade económica.

O OGE para o próximo ano económico, com receitas e despesas globais na ordem de 7,3 biliões

MEDIDAS FISCAIS ESTRUTURAIS

Nas previsões para 2017, o Governo reconhece que o preço do petróleo continuará a impactar significativamente a receita petrolífera, sendo que, ao longo de 2016, “os efeitos fiscais da queda do preço do petróleo estenderam-se, por via dos canais de transmissão da taxa de câmbio, reduzindo a receita fiscal”

Por isso, como contramedida a este cenário, este ano o Governo promete implementar um programa que vai incluir medidas fiscais estruturais, de reforço da arrecadação não petrolífera, em continuidade da reforma tributária, “e numa maior racionalização da despesa pública, tendo em consideração o alinhamento entre as políticas, em sede da coordenação fiscal-monetária”

Já no capítulo cambial, o Governo assume que “a preservação da solvência externa da economia exigiu no corrente ano (2016) um forte ajustamento cambial, com objectivo de ajustar a procura, aos novos fundamentos macroeconómicos”, tendo a

taxa de câmbio registado, entre Janeiro e Agosto de 2016, uma depreciação na ordem dos 34,63%.

Enquanto isso, segundo os dados oficiais, as reservas externas passaram de 24.667 milhões de dólares para 22.776 milhões de dólares, no período em análise. O registo, apesar de revelar uma queda a nível das reservas externas, é considerado pelas autoridades monetárias como suficiente para conferir confiança aos parceiros internacionais.

Nesta perspectiva, o Governo, em 2017, decidiu que o foco do programa de estabilidade cambial continuará a ser “o asseguramento, em sede coordenação fiscal-monetária, de uma estabilidade macro-financeira”, visando, entre outros objectivos, garantir a solvência externa da economia, reduzir a taxa de inflação, para além de servir de suporte do programa de industrialização da economia e da manutenção dos níveis necessários para o comércio externo.

de kwanzas (contra os 6,9 biliões do orçamento de 2016) estima que a economia nacional crescerá à volta de 2,1%. Previsão que António da Conceição considera cautelosa, avaliando que o Executivo estará dentro das “balizas” que permitem reagir a choques externos, caso as condições de mercado se alterem durante a execução orçamental.

ECONOMIA REAL

As bases para a intensificação do processo de diversificação estrutural da economia estão a ser lançadas com programas e projectos estruturantes nos domínios da energia, águas, vias de comunicação e telecomunicações.

Para além da necessidade de dar continuidade a esse esforço, a efectivação do processo de diversifica-

MEMORIZE

- O prognóstico dos especialistas nessa altura, no entanto, ainda conserva algumas reservas em relação a meta projectada para determinados indicadores macroeconómicos, nomeadamente a taxa de Inflação que se prevê venha a se fixar nos 15% contra os actuais 41,15%.

ção do circuito mercantil interno e a promoção dos produtos exportáveis dos sectores não-petrolífero”.

Segundo as previsões oficiais, o desempenho do sector não petrolífero, ao qual se estima um crescimento de 2,3%, será “positivamente determinado pelo desempenho esperado para os sectores da energia (40,2%), agricultura (7,3%), construção (2,3%) e indústria transformadora (4,0%), na proporção dos respectivos pesos na composição do PIB”.

O crescimento do sector da agricultura projectado para 2017 é, no entanto, inferior à média prevista no PND 2013-2017, de 9,8%, porém, “suficientemente robusto”, na visão do Governo, para funcionar como a base de um processo de industrialização orientado para o consumo interno e promoção de exportações.

Programação macroeconómico até 2017

Ord.	Descrição	2013	2014	2015 Est.	2016			2017	
					PND	OGE	Revisto	PND	OGE
A. Taxas de Crescimento Real (%)									
1	PIB pm	6,8	4,8	3,0	7,48	3,35	1,1	4,3	2,1
2	PIB petrolífero	-0,9	-2,6	6,5	3,81	4,82	0,8	-9,8	1,8
3	PIB não petrolífero	10,9	8,2	1,5	9,15	2,69	1,2	10,5	2,3
B. PIB: Mil milhões de Kz									
4	PIB	12 056,3	12 462,3	12 320,8	16 808,8	14 218,1	16 879,61	16 808,82	19 746,10
5	PIB Nominal Petrolífero	4 817,8	4 304,3	2 884,4	5 063,1	3 301,7	3 659,22	5 063,15	3 753,40
6	PIB Nominal Não Petrolífero	7 238,6	8 158,0	9 436,4	11 745,7	10 916,4	13 220,39	11 745,68	15 992,80
C. Pressupostos Técnicos de Programação									
7	Taxa de Câmbio (Kz/US\$)	96,6	98,3	120,1	100,1	143,8		102,73	
8	Inflação (%)	7,7	7,5	14,3	7	11	38,5	7	15,8
9	Produção de Diamantes (Mil quilates)	8605	8685	9018,94	10 938,0	9 049,0	8 964,1	10 938	8 964,1
10	Preço Médio dos Diamantes (US\$/quilate)	135,29	114,21	131,00	133,8	139	118,0	133,75	118,03
12	Produção Petrolífera (MBbl)	626,34	610,160645	649,528592	760,3	689,4	654,6	686,04	664,68
13	Produção Petrolífera (MBbl)/dia	1716	1671,673	1779,53039	2 083,0	1 888,8	1 793,4	1 888	1 821,038
14	Preço Médio do Petróleo (US\$/Bbl)	107,67	96,9	49,97	89,9	45	40,9	89,37	46,00

Economia/Política

MAIS UMA 'VÍTIMA' DA CRISE

Industrialização do café travada

AGRICULTURA. Projecto seria implementado em cinco anos e, entre outras medias, previa torrefacção nos locais do produção. Mais de 678 explorações agrícolas e 12 mil empresariais teriam apoio directo do Estado.

Por Isabel Dinis

O Programa de Industrialização do Café que visava, na última fase, a torrefacção de cerca de metade da produção nacional não chegou a ser implementado, por falta de recursos financeiros, soube o VALOR do Instituto Nacional do Café (INCA).

Integrado no plano estratégico do Governo para o aumento da produção, através da renovação de mudas, escolas de campo, comercialização e

industrialização do café, o programa seria implementado entre 2013 e 2017 e previa apoiar, até ao último ano, mais de 678 explorações agrícolas familiares e 12 mil empresariais, cobrindo uma área superior a 929 hectares, 489 viveiros e mais de 66 mil novas plantações.

Avançando a crise como justificação ao entrave do projecto, José Carlos, técnico da área de projectos do INCA, exemplificou que, no caso da industrialização, se previa que o café produzido no Uíge fosse torrado localmente, evitando-se a deslocação desta tarefa para Luanda, plano que se admitia estender-se às outras províncias que cultivam o produto.

Estudos realizados pelo INCA estimam que, nos próximos anos,

15

Mil toneladas é a quantidade de café que o país produz

com investimento direccionados, a produção nacional poderá atingir as 50 mil toneladas de café comercial, mais de três vezes acima das 15 mil toneladas registadas em 2015, segundo dados oficiais, contestados, entretanto, por várias empresas



do sector que estimam a produção actual em apenas três mil toneladas.

Uíge, Bengo, Cabinda, Kwanzas-Sul, Kwanza-Norte, Benguela, Huambo, Bié, Huila e Malanje são as 10 províncias em que se produz café, produto que contabilizava 50 mil produtores inscritos até 2015, 98% dos quais na categoria de 'explorações agrícolas familiares'.

A actividade de torrefacção é

dominada actualmente por empresas privadas, como a Angona-beiro, detentora da marca de café Delta e Ginga, e a Cafangol, uma empresa de parceria público-privada. Dados oficiais recentes dão conta de que o sector do café que já foi considerado até 1974 como um dos mais produtivos do país, actualmente abrange uma área de 18 mil hectares, contra os mais de 100 hectares no período colonial.

CÁLCULOS DA UNTA-CS

Mais de 15 mil desempregados no primeiro semestre de 2016

Mais de 15 mil angolanos perderam o emprego até ao primeiro semestre do ano passado devido ao abrandamento da economia e ao encerramento de muitas empresas, estima a Unta - Confederação Sindical.

Com o balanço geral do desemprego em 2016 ainda indisponível, o secretário-geral da Unta-CS, Manuel Viage, classificou o ano passado como "difícil para a actividade

sindical", referenciado o sector da construção como "o que mais despedimentos causou".

Pelas contas da entidade sindical, os números do desemprego, nos primeiros seis meses do ano passado, representaram mais do dobro do total de despedimentos em 2015, contabilizados em mais de sete mil, por 'culpa' da crise económica e financeira.

Lamentando a redução de filiados nos sectores da construção, comércio e serviços, indústria alimentar e nas pequenas empresas, Manuel



Santos Samuessa ©VE

Viage calculou que Unta conta hoje mais de 450 mil trabalhadores controlados, 250 mil dos quais associados, fixado, entretanto, em 300 mil antes da crise.

Com as novas admissões anunciadas pelo Governo ao longo deste ano e a perspectiva de crescimento do PIB em 2,1%, suportada pela colocação do preço fiscal do petróleo nos 46 dólares, o sindicalista mostra-se "optimista", em relação a 2017. "O Estado vai fazer mais investimentos, procurar concretizar o Programa de Investimentos Públicos e isso é um

bom indicador da criação de novos empregos", analisa.

Manuel Viage voltou a 'bater na tecla' da reformulada Lei Geral do Trabalhador que considera ter retirado alguns direitos dos trabalhadores, com o trabalho a tornar-se "mais barato e menos dispendioso" para o empregador. "Quando olhamos para os subsídios que a antiga lei estabelecia para os trabalhos-extra, todos estavam acima dos 75%. Quando observamos a nova lei, todos estão abaixo dos 50%", compara.

Isabel Dinis



SETENTA E OITO organismos estatais e privados, no Kuando Kubango, estão em dívida para com os Serviços de Caixas Postais de Correios de Angola, há mais de 10 anos. O montante em atraso ronda 1,4 milhões de kwanzas.



O PRESIDENTE DA UNACA, Albano Lussati, considera que a redução de 25 mil kwanzas para cinco mil, do preço do saco de adubo de 50 quilogramas, vai permitir aumentar a colheita agrícola na época de cultivo em curso (2016/2017).

NA HUÍLA

Exportação de rochas ornamentais aumenta em 62,2%

As exportações de rochas ornamentais das empresas que fazem a exploração deste mineral, na província da Huíla, registaram no terceiro trimestre de 2016 um incremento de 62,2%, permitindo alcançar a facturação de mais de 3,1 milhões de dólares, revelou, à imprensa, uma fonte ligada ao sector extractivo daquela província.

No cômputo global, as empresas que se dedicam a extração deste tipo de mineral registaram, no terceiro trimestre de 2016, um aumento das exportações fixadas em 14.915 metros cúbicos de granitos, cifra que superou comparando o mesmo período com o ano de 2015, cuja produção foi de 9,193 metros cúbicos.

Na província em referência, das 10 empresas do ramo licenciadas, apenas oito produziram e exportaram granitos, destacando-se as quotas da Angostone com 6.234,014 m³, a Galiangol com 2.822,540, a Rodang com 2.027,789 e a DG África com 1.295,789 metros cúbicos.

Destaca-se que as demais empresas, com quotas inferiores, venderam as suas produções no mercado nacional, principalmente, já transformado para aplicação maioritariamente em obras públicas.

Na província da Huíla, a direcção da Indústria, Geologia e Minas controla 79 unidades industriais e 30 empresas de extracção e transformação de rochas ornamentais.



FALTA DE CANALIZAÇÃO ENCARECE PRODUÇÃO

Pólo Industrial de Viana à espera de água

INDUSTRIALIZAÇÃO. Falta de água encarece produção na zona industrial de Viana, em Luanda. Governo quer resolver problema, mas procura parceiros para dividir custos de infra-estruturação.

Por António Miguel

O Pólo de Desenvolvimento Industrial de Viana, em Luanda, ainda não tem água da rede pública (potável e para a produção industrial), numa altura em que conta já com mais de 15 anos, após a sua entrada em funcionamento.

O facto preocupa vários empresários, tendo em conta que a água faz parte das matérias-primas para a fabricação de diversos produtos das empresas aí instaladas. A falta de canalização, de acordo com investidores que preferiram falar sob anonimato, aumenta os custos de produção, naquela zona que congrega o maior número de empresas em Angola.

Em média, as fábricas do Pólo Industrial de Viana consomem 40 mil litros de água por dia, segundo cálculos de várias empresas, que apontam custos mensais superiores a um milhão de kwanzas apenas em stocks do 'precioso líquido'. "Claramente que se a água fosse da rede pública, o custo não estaria nesta cifra", comparou um gestor, acrescentando que "não é concebível que, em 17 anos, esta situação não tenha sido ainda resolvida".

Em relação à electrificação do Pólo, a situação está resolvida há um ano, "embora não tenha ainda a qualidade industrial desejada", o que obriga as fábricas, em certas ocasiões, a recorrerem aos alternativos grupos geradores. "Há quatro ou cinco meses que a



energia é regular. Mas, antes desse período, havia muitos cortes e não era suficiente para arrancar todas as máquinas", afirmou um gestor de uma empresa, que funciona na zona há mais de 10 anos.

O acesso ao interior do Pólo Industrial de Viana constitui uma outra preocupação dos investidores assim como dos funcionários. As vias são terraplanadas e ficam constantemente poluídas com 'nuvens' de poeira, à medida que os carros vão passando. Em época chuvosa, as condições de transitabilidade pioram, agravadas pela falta de iluminação pública. "Isso é também uma necessidade urgente, porque funcionários e outros peões usam estas mesmas vias, inalando poeira. É preciso asfaltar as vias no interior da área industrial", queixaram-se.

GOVERNO TEM PROJECTO
O VALOR não teve sucesso na tentativa que fez para ouvir a direcção do Pólo Industrial de Viana. No entanto, em 2016, o coordenador da comissão de gestão, Luís Ribeiro, afirmou que a sua administração pretendia, este ano

1

Milhão de kwanzas/mês é o que as empresas, geralmente, gastam para se absterem de água.

600

É o número de empresas instaladas no Pólo Industrial de Viana.

MEMORIZE

- Os parques industriais geralmente contêm uma série de serviços comuns, como abastecimento de energia eléctrica, água com diversos tipos de tratamento (potável, produção e arrefecimento), serviço de vigilância, tratamento de águas residuais. Congregam modernos sistemas de transportes e ficam, geralmente, próximos de portos ou aeroportos.

(2017), arrancar com o projecto de implantação de uma rede de abastecimento de água para fornecer directamente às empresas instaladas naquele recinto.

Na mesma ocasião, Luís Ribeiro avançou que a infra-estruturação do pólo estava orçada à volta de 500 milhões de dólares, justificando o valor com o "extenso tamanho" do complexo. De acordo com o coordenador do pólo, o Governo, proprietário do espaço, estava à procura de parceiros para dividir custos da infra-estruturação da área de produção industrial e comercial.

O Pólo Industrial de Viana, que funciona há 17 anos, faz parte do programa do Governo que visa promover a industrialização de Angola, criação de empregos, bem como reduzir as exportações de bens e serviços. Com 2.700 hectares, a área alberga 600 empresas, ligadas à indústria, comércio, logística, transporte, construção civil e banca. Mas nem todas as empresas encontram-se em pleno funcionamento. Cerca de quatro mil postos de empregos foram aí gerados.

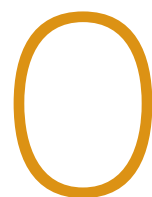
Mercado & Finanças

PARA REFORÇAR LAÇOS E GANHAR CONFIANÇA INTERNACIONAL

BNA vai a exame este mês em matéria de supervisão na Europa

REGULAÇÃO. Começa, este mês, primeira avaliação do Banco Central Europeu ao sistema financeiro angolano. Objectivo é tornar Banco Nacional de Angola equivalente à supervisão europeia. Governador garante que 2017 será ano de “muito trabalho e de alegria”.

Por Nelson Rodrigues



Banco Nacional de Angola (BNA) antecipou, para Janeiro, o processo de avaliação à supervisão

bancária pelo Banco Central Europeu (BCE), com vista a tornar o sistema financeiro nacional equivalente às regras europeias, anunciou o governador do órgão regulador angolano, Valter Filipe.

Ao que apurou o VALOR, o processo de avaliação estava agendado inicialmente para 2019, mas deve acontecer ainda este mês de Janeiro, para, assim, e segundo confirmou o governador na cerimónia de cumprimento de fim de ano, no Palácio Presidencial, tornar o BNA numa instituição financeira ao nível da supervisão europeia. “Havia a expectativa de que Angola só podia conseguir



O BNA vai criar medidas para aumentar a segurança nas transacções bancárias.

uma avaliação, para este fim, em 2019. No diálogo permanente [com a autoridade europeia], conseguimos com que essa garantia se faça já a partir do mês de Janeiro”, assegurou Valter Filipe, quando questionado pelo VALOR sobre os prazos e os objectos de avaliação.

Assim, o BNA alerta que se vai seguir um conjunto de medidas e desafios para que o processo ocorra. No caso dos bancos, a atenção está virada para a segurança nas transacções bancárias, em

moedas nacional e estrangeira, ao passo que, em relação às empresas e às famílias, a preocupação tem que ver com recurso à informalidade para a satisfação de necessidades cambiais.

Ao elencar as imposições da autoridade europeia, Valter Filipe indicou que os europeus exigem que Angola “acabe” com o mercado informal de divisas, melhore a gestão das transacções em dólar e combata o branqueamento de capitais e o financiamento ao terrorismo.

“Este é o desafio de Angola”, apontou o governador, cujo mandato está a ser marcado por uma campanha de ‘recuperação da imagem’ da banca. “Só quando Angola trabalhar neste sentido e criar um quadro seguro e credível é que as instituições estrangeiras com confiança vão voltar a fazer essas operações com Angola. Este é um desafio que é imposto às famílias angolanas e às empresas.”

MELHORIAS A CAMINHO
Do BNA saíram ainda garantias de

que, com avaliação do BCE, 2017 pode vir a ser “o ano de muito trabalho, mas também de muita alegria”, conforme sinalizou Valter Filipe, ao resumir aos jornalistas parte do encontro que manteve com entidades reguladoras europeias, designadamente a autoridade de Londres. “Estivemos em Londres e tivemos uma reunião com a autoridade de supervisão bancária europeia, que é a instituição que aprova a equivalência de supervisão bancária europeia. Em outros termos, é a instituição que atribui a um banco central a equivalência de supervisão como tem a Europa”, detalhou o governador, apontando para um 2017 mais “alegre” e de “muito trabalho” a nível da banca comercial.

Aos bancos vai ser exigido que apliquem as regras recomendadas por Basileia, designadamente Basileia II e III, relativas às normas prudenciais de gestão e contabilidade. “Acreditamos que, no próximo ano, vamos trabalhar neste sentido, e, desta forma, vamos restabelecer as nossas relações com os bancos correspondentes e com as instituições internacionais”, antevê o responsável que fecha um ano de governo do BNA já em Março próximo.

FOMENTO AO NEGÓCIO

Espanha financia 80 milhões USD para empresários angolanos

A Companhia Espanhola de Financiamento e Desenvolvimento (COFIDES) disponibilizou cerca de 80 milhões de dólares ao Instituto de Fomento Empresarial (IFE) para empresas angolanas e espanholas que pretendem investir no país.

De acordo com a presidente do conselho de administração do IFE, Dalva Ringote Allen, a iniciativa visa o fomento do ambiente de negócios,

tendo sublinhado que este financiamento resultou de um acordo de cooperação celebrado entre as duas instituições. A responsável referiu que o valor monetário disponibilizado vai contemplar os sectores prioritários como agrícola, transportes e logística, exploração mineira, indústrias de materiais de construção, têxtil e de calçado, petroquímica e de processamento de alimentos.

Ainda no quadro deste acordo de cooperação, avançou, o IFE agendou para o dia 26 deste mês um encontro de trabalho entre empresários angolanos e espanhóis, que poderão criar sinergias para o estabelecimento de parcerias, com vista a permitir que a linha de financiamento da COFIDES seja executada nos termos estabelecidos pela companhia espanhola.



O BNA pretende credibilizar e fortalecer a banca, para que o sector financeiro não seja colocado “à margem” do sistema mundial. A mensagem foi deixada pelo governador Valter Filipe, na inauguração do primeiro balcão do BMA



O BANCO de Poupança e Crédito (BPC) elevou de 442 para 444 pontos de atendimento, a cobertura nacional, com a abertura, em Luanda, de dois novos balcões. Trata-se das agências Cerqueira Lukoki e Hospital Militar.



O Banco BIC garante que todos os valores serão devolvidos aos clientes.

MEMORIZE

● **A 14 de Dezembro**, a Assembleia Nacional aprovou a revogação da CEOB, acabando promulgada no dia 23 do mesmo mês. “É revogado o Decreto Legislativo Presidencial nº 1/16 de 24 de Fevereiro, que aprova o Regime Jurídico da Contribuição Especial sobre as Operações Bancárias e todas a legislação que contrarie a presente Lei”.

dia 1 de Janeiro de 2017 não há nenhum cliente BFA a quem foi cobrado esse imposto depois do dia 01/01”, afirmou a directora de Marketing do banco, Ana Cristina Macedo.

Apesar da confirmação do reembolso a clientes, não se sabe se o Banco BIC poderá incorrer a uma penalização pelo Banco Nacional de Angola. Um ‘e-mail’ enviado ao Departamento de Comunicação Institucional do Banco Central não foi respondido antes do fecho da edição

Há alguns meses, vários bancos foram multados com quantias financeiras por terem incorrido a ‘infracções cambiais’, que, mais tarde, se soube tratar-se de atrasos de dias no envio de relatórios sobre planos de necessidades de cambiais das respectivas instituições.

O Regime Jurídico da Contribuição Especial sobre as Operações Bancárias foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Presidencial nº 1/16, de 24 de Fevereiro, tendo entrado em vigor cerca de cinco meses depois (Julho de 2016). A lei foi promulgada no momento de uma crescente pressão fiscal, com o Governo a responder exarando uma série de decretos que visavam o alargamento da arrecadação de receitas de todos os quadrantes. A 14 de Dezembro, a Assembleia Nacional viu e aprovou a revogação da CEOB, acabando promulgada no dia 23 do mesmo mês. “É revogado o Decreto Legislativo Presidencial nº 1/16 de 24 de Fevereiro, que aprova o Regime Jurídico da Contribuição Especial sobre as Operações Bancárias e todas a legislação que contrarie a presente Lei”, determina o documento de revogação.

INSTITUIÇÃO ALEGA QUE ACEDEU À LEI TARDIAMENTE

Banco BIC atrasa anulação da CEOB

TAXAS. Instituição liderada por Fernandes Teles garante que valores debitados a clientes por desconto da Contribuição Especial sobre Operações Bancárias após revogação da lei serão restituídos.

Por Cândio Mendes

O Banco BIC foi a única das instituições bancárias, rastreadas na ronda do VALOR, que cobrou a taxa ‘Contribuição Especial sobre as Operações Bancárias (CEOB)’, passado o prazo da entrada em vigor da sua revogação, a 1 de Janeiro de 2017. Vários clientes identificados pelo jornal declararam que,

pelo menos, no dia 3 de Janeiro, o banco liderado por Fernando Teles descontou a taxa de 0,1% sobre várias operações que realizaram. E até ao fecho da edição, sexta-feira, 6, os extractos bancários mantinham o registo do débito desta contribuição obrigatória introduzida pelo Governo, no ano passado, no conjunto das medidas de alargamento das receitas fiscais, face à crise económica e financeira.

Em reacção, o banco justificou o atraso com o facto de ter acedido “à publicação [decreto de revogação] durante o mês de Janeiro”, segundo o seu director financeiro,

Bruno Bastos, avançando que os descontos só foram efectuados por dois dias após o prazo. Bastos insistiu que, mal tomou contacto com a lei, o banco mandou parar os descontos, depois, de segunda-feira, 2, ter sido feriado bancário. “Precisamos 24 horas para parar”, detalhou o director financeiro do Banco BIC, garantindo que “todos os valores serão devolvidos”, até porque ainda não foram transferidos para as contas do Estado. Para o responsável do Banco BIC, “muitos” bancos agiram da mesma forma, embora houvesse quem implementasse a revogação antes de ser publica-

da no Diário da República.

A ronda do VALOR, que incluiu consultas a clientes e a outros bancos que integram a lista dos ‘grandes’, não registou, entretanto, qualquer outra instituição que se tenha atrasado no cumprimento da anulação da CEOB. Extractos bancários confirmaram que bancos como o Millennium Atlântico, BPC, BAI e BFA cancelaram a taxa no prazo indicado, não se tendo verificado qualquer desconto nos dias úteis imediatos a 1 de Janeiro que, por sinal, foi um domingo. O BFA respondeu ao VE, de forma oficial: “O BFA deixou de cobrar esse imposto no

Mercado & Finanças

DESDE O ARRANQUE DA PRIMEIRA FUSÃO

Transferências do BFA para o BMA com novo código

BANCA. Envio de dinheiro de um banco para outro passa a ter novo código em virtude da fusão entre bancos Millennium Angola e Privado Atlântico que viram seus números de contas alterados. Alteração foi anunciada pelo BFA.

Por Nelson Rodrigues

A

s transferências interbancárias com origem no Banco de Fomento Angola (BFA) e com destino a contas bancárias

que contenham códigos do extinto Banco Millennium Angola passam a contar com um novo código, devido a alterações no número de contas resultantes da fusão com o Privado Atlântico, revela a administração do BFA na sua página de internet.

De acordo com a nota do BFA, para que as operações de transferências continuem a ser efectuadas, os clientes do BFA deverão solicitar aos beneficiários um novo IBAN - Número Internacional de Conta Bancária, na sigla em inglês - do recém-criado Banco Millennium Atlântico (BMA), com o respectivo código do banco. Ou seja, o código 0034 fica descontinuado, dando lugar ao 0055, do banco saído da fusão. “Na sequência da fusão entre o Banco Atlântico e o Banco Millennium Angola, o BFA deixará de realizar transferências para contas cujo IBAN contenha o código do Banco 0034 (Banco Millennium Angola)”, avisa o BFA no seu portal de internet, com a data de Dezembro de 2016.

Na nota, o banco adverte que a medida afectará os canais de ‘homebanking’ do BFA, designadamente BFA Net, BFA App e BFA Net Empresas, abrangendo ainda as instruções ordenadas na rede comercial do BFA e na rede multicaixa. “Na composição do IBAN, o código do banco pode ser identificado pelos quatro dígitos apresentados a partir da quarta posição



deste número. Ex: AO06 0055 0000”, ilustra o banco líder no ranking de lucros, nos balanços de 2014 e 2015, respectivamente.

A posição do BFA surge cinco meses depois de concluído o processo de fusão entre os bancos Millennium Angola e o Privado Atlântico.

Desde finais de Setembro e início de Outubro que o Millennium Atlântico (o banco saído da fusão) iniciou o processo de alteração de contas, este que foi das últimas fases do processo de fusão, conforme noticiou o VALOR no período.

O plano inicial previa manter os números de contas e de identificação bancária, o IBAN, dos clien-

tes do ex-Privado Atlântico, sendo que, para clientes com duas contas - nos bancos fundidos - haveria integração, sustentado por um processo informático já criado pela nova entidade. “A quantidade de contas que já tinha manter-se-á e

3

De Outubro de 2016, dia em que ficou concluída a transferência dos sistemas tecnológicos, no âmbito da criação do BMA

poderá visualizar a sua posição de forma totalmente integrada”, explicava a administração, num ‘e-mail’ interno, enviado aos funcionários sob a forma de FAQ, acrónimo inglês de perguntas frequentes.

Com a integração das contas, todas as operações passaram a ser executadas “num único sistema”, migração que decorreu entre 1 e 2 de Outubro. “O dia 3 de Outubro representa um importante marco nesta caminhada [de fusão]. Neste dia, estará efectuada a migração dos sistemas tecnológicos com os quais trabalhamos, sistemas que usamos para melhor servir os nossos clientes e o nosso país”, anunciou a administração, num outro correio, titulado por “alteração excepcional do horário-integração de sistemas”.

Desde 5 de Maio de 2016, os extintos bancos Millennium Angola e o Privado Atlântico passaram a ser uma única entidade - o Banco Millennium Atlântico - no seguimento do processo de fusão iniciado há um ano e que ficou ‘fechado’ com a integração das contas de clientes e do sistema informático.

ALTERAÇÃO PROTEGE RECURSOS

O Banco Millennium Atlântico assegurou, no entanto, a manutenção das “condições contratualizadas” para o caso dos clientes com poupanças, aplicações financeiras, contratos e demais compromissos anteriores à fusão, advertindo que “eventuais necessidades de actualização” seriam comunicadas atempadamente.

A nova entidade previu também manter outros serviços como cartões multicaixa, a utilização de cheques e terminais de pagamentos automáticos, associados às contas dos ex-bancos Millennium Angola e o Privado Atlântico.



PCA DO BMA

BCE tem preconceito sobre Angola

O chairman do Banco Millennium Atlântico (BMA), que resultou da fusão do Millennium Angola e do Banco Atlântico (BMA), Carlos Silva, criticou a actuação do Banco Central Europeu (BCE) em relação às instituições financeiras angolanas e portuguesas, acusando o regulador de olhar para a segurança da banca lusa num “contexto ibérico”, deslocando o “centro estratégico de decisão de Lisboa para Madrid”.

Citado pelo luso ‘Diário de Notícias’, Carlos Silva, que também é vice-presidente do banco Millennium BCP em Lisboa, fez essas declarações, a semana passada, durante o lançamento do BMA, na cidade financeira, em Luanda. O gestor está convicto de que a fusão foi só o início de um processo de consolidação que o mercado angolano vai ter de atravessar, mais cedo ou mais tarde. Reconhecendo que os bancos angolanos têm de adoptar as boas práticas, indicou haver “instituições fortes em Angola, além do Millennium Atlântico, o Standard, o BFA, que é um bom banco, apesar de estar muito exposto à dívida do país, o Económico [ex-BESA].”



O KWANZA está entre as 10 moedas que mais desvalorizaram durante o ano passado, com a moeda nacional a cair quase 20%, segundo um estudo sobre a evolução das moedas nacionais.



O BPI já recebeu os dividendos do Banco de Fomento de Angola (BFA) referentes a 2014 e 2015, no valor de 66,1 milhões de euros, informou, sexta-feira, o banco, no dia em que anunciou a venda de 2% do BFA.

BNA INICIA EM FEVEREIRO CONVERSACÕES COM BANCA EUROPEIA

Valter Filipe promete trazer de volta Deutsche Bank a Angola

DIVISAS. Governador do banco central disse ter em mão plano para trazer de volta último banco que fornecia dólares a Angola. Estratégia envolve reunião com Banco Central Europeu e altos quadros do maior banco alemão, com conversações a arrancarem em Fevereiro.

Por Nelson Rodrigues

O Banco Nacional de Angola (BNA) tem, em agenda, uma viagem para a Europa com vista a recuperar a relação que teve com o último banco fornecedor de dólares ao país, o alemão Deustch Bank, revelou o governador do banco central, Valter Filipe da Silva.

De acordo com o governador, que respondia a perguntas dos jornalistas na cerimónia de cumprimentos de fim de ano no Palácio Presidencial, a 'missão' deve arrancar em Fevereiro, altura em que a autoridade monetária nacional e altos responsáveis do Banco Central Europeu (BCE) e do Deutsch Bank discutem os termos da relação e equivalências das regras de supervisão bancária europeia.

O Deutsch Bank é um dos seis bancos correspondentes que forneciam dólares físicos a Angola. A lista de bancos correspondentes que deixaram o país e cessaram relações com o sistema bancário inclui o Citi Bank, HBSC, Bank of America/FirstRand e Standard Chartered.

Actualmente, e como escreveu o VALOR na última edição de Dezembro de 2016, nenhum banco presta serviço de venda de dólares ao país, sendo que as operações cambiais há vários meses que vêm sendo realizadas na moeda europeia.

Os relatórios dos leilões de divisas do BNA confirmam isso mesmo. A última sessão de 2016, precisamente de 19 de Dezembro, colocou no mercado cambial 214,7 milhões de euros, para cobertu-

ras de operações definidas pelo Governo como prioritárias.

Assim, e com vista a manter a relação com bancos internacionais não-americanos, a estratégia do BNA passa por regressar à Europa, de maneira que o BCE "passe a ver o BNA como um banco central e de equivalência" europeia, conforme descreveu Valter Filipe, quando questionado, em Dezembro, sobre o risco de isolamento do sistema financeiro nacional.

O plano já está praticamente em curso a avaliar pelo número de viagens que a equipa de Valter Filipe tem vindo a efectuar pelo mundo, desde África, América do Norte e Europa.

MISSÃO AO ESTRANGEIRO

Desde Setembro que o BNA se tem lançado numa 'campanha' de recu-

4,7

Mil milhões de euros, activos detidos pela Agência Italiana de Crédito à Exportação

214

Milhões de euros, montante em divisas vendido pelo banco central na sessão de 19 de Dezembro.



Mário Mujetes © VE

peração da imagem da banca. A missão iniciou na África do Sul, quando o banco central, a convite do governador do Federal Reserve Bank (Banco Central da África do Sul), Lesetja Kganyago, reconheceu a necessidade de cooperação com aquele banco central africano.

Seguiu-se Portugal. Mas lá o objectivo foi, segundo o próprio governador do BNA, a busca de "apoio técnico para que o BNA venha a ser aceite como equivalente de supervisão bancária do Banco Central Europeu (BCE)". Mais tarde, deu-se o encontro com bancos americanos e agências de créditos e investimentos dos Estados Unidos da América, por altura das reuniões de Outubro do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A mais recente viagem ao estrangeiro data de Dezembro último. Desta vez, a reunião foi na Itália, quando altos quadros do organismo, chefiados por Valter Filipe, sentaram-se à mesma mesa com investidores italianos e com a Agência Italiana de Crédito à Exportação (S.A.C.E), detentora de 4,7 mil milhões de euros em activos.

NOVAS MEDIDAS ANUNCIADAS

Além das viagens ao estrangeiro, o banco central já anunciou novas medidas, denominadas 'Projecto de Adequação do Sistema Financeiro Angolano às Normas Prudenciais e Boas Práticas Internacionais', segundo escreveu o 'Jornal de Angola', na sua última edição de 31 de Dezembro.

A nova medida "alinha a prática bancária angolana com os mecanismos de controlo e supervisão do sistema financeiro internacional", fazendo do BNA "uma verdadeira autoridade de supervisão com capacidade para ditar regras de boas práticas aos bancos comerciais e outras entidades financeiras no sentido de evitar eventuais desvios de divisas", lê-se na edição online do JA.

Actualmente, nenhum banco presta serviço de venda de dólares a Angola.

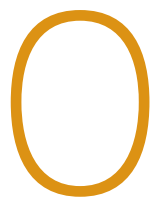
Empresas & Negócios

GRUPO ANGOLANO PROCESSA PARCEIRA

Sentença à companhia Kenya Airways pode ser ditada até Fevereiro

AVIAÇÃO. Litígio que já dura um ano foi submetido ao tribunal arbitral, com partes em conflito à espera de notificação a qualquer momento. Em causa, negócio de emissão de bilhetes de passagem que terá corrido mal, em Luanda, como noticiou o VE em Outubro.

Por António Nogueira



O grupo angolano Belchix, conhecido até ao momento como representante legal da companhia aérea Kenya Airways,

em Angola, fez recurso ao tribunal arbitral em protesto a alegados actos fraudulentos que estariam a ser perpetrados pela companhia queniana no negócio que detém em solo nacional.

O litígio entre as duas entidades, que já foi reportado pelo VE na sua edição de 10 de Outubro, surge na sequência de desentendimentos entre as partes em relação ao valor dos bilhetes de passagem comercializados em Luanda que, segundo o grupo angolano, estariam a ser adulterados com a conivência de membros de proa da Kenya Airways.

Segundo fonte do VALOR, ligado ao grupo angolano, o processo já foi submetido ao tribunal arbitral, devendo as partes, em litígio, ser notificadas a qualquer momento para comparecer em juízo para a conclusão do processo.

A sentença deverá ocorrer ainda durante o mês de Fevereiro, altura em que deverão terminar as férias judiciais em vigor no país.

No processo submetido a tribunal, os angolanos acusam a Kenya Airways de “atropelar o contrato subscrito por ambos”, reforçando que, apesar das incongruências verificadas no negócio, em Angola, a companhia queniana tenta, a todo o custo, ‘demarcar-se’ das suas responsabilidades junto do grupo



A auditoria terá identificado enormes prejuízos a nível dos serviços de carga.

Belchix que, segundo o contrato, continua a ser o representante legal da marca, em Angola.

ANTECEDENTES

A relação entre os parceiros, que já dura cerca de seis anos, terá ‘azedado’ quando, “há sensivelmente um ano, a direcção do grupo Belchix notou que havia incongruências nas facturas emitidas pela Kenya Airways para efectuar as cobranças, sendo que, na maior parte dos casos, o valor cobrado superava, de longe, o grosso dos bilhetes comercializados”.

Na altura, os quenianos submeteram aos parceiros angolanos uma factura equivalente a seis milhões de dólares, decorrente de vendas de bilhetes comercializados em Luanda, em 2015, e que estariam por liquidar. O grupo angolano, no entanto, ter-se-ia recusado a efectuar o respectivo pagamento, por suspeitar que a

MEMORIZE

• A relação entre os parceiros terá ‘azedado’ quando, “há sensivelmente um ano, a direcção do grupo Belchix notou que havia incongruências nas facturas emitidas pela Kenya Airways para efectuar as cobranças.

592,6

Milhões de dólares é quanto a Kenya Airways terá perdido, em quatro anos, devido à contrafacção de facturas.

companhia aérea queniana estaria envolvida “num autêntico esquema de contrafacção de bilhetes de passagem, em Angola”.

ESQUEMA ULTRAPASSA FRONTEIRAS

O VE reportou, na sua edição número 30, que os casos de contrafacção de bilhetes de passagem a nível da transportadora Kenya Airways não são novos. O mais recente episódio foi noticiado pelo jornal queniano ‘The Standard’, na sua edição de 2 de Outubro, dando conta que a companhia em causa “pode ter perdido mais de 60 mil milhões de xelins (cerca de 592,6 milhões de dólares) num período de quatro anos devido a bilhetes comercializados a baixo preço”.

O jornal, que cita um relatório de auditoria elaborado pela Deloitte Consulting Limited, refere que o prejuízo terá decorrido da venda de cerca de sete milhões de bilhetes comercializados a baixo preço, entre 2012 e 2015 e que as 10 principais rotas da companhia (em que não se inclui Angola) representaram perdas na ordem dos 12 mil milhões de xelins (118,5 milhões de dólares), devido à emissão de bilhetes com preços abaixo da tarifa normal.

A auditoria terá ainda identificado enormes prejuízos a nível dos serviços de carga. O Jornal ‘The Standard’ fala em cerca de 2,2 mil milhões de xelins (19,7 milhões de dólares) que terão perdido, num prazo de seis meses, devido ao que chamou de “um esquema bem orquestrado de facturação incorrecta e subsídios de excessos de bagagem”.

As discrepâncias nas contas da companhia aérea queniana, segundo a imprensa local, terão levado as autoridades daquele país, nomeadamente o Parlamento, a abrir um processo judicial contra o actual conselho de administração da empresa.

Entretanto, o CEO da Kenya Airways, Mbuvi Ngunze, terá já anunciado a sua demissão, que deve ocorrer em Março, na sequência dos escândalos financeiros em que a companhia está envolvida, revelam as últimas notícias avançadas pela imprensa queniana.

A direcção da Belchix, após instaurar um processo de auditoria interna, teria ainda descoberto que a nível da empresa havia uma rede de ‘falsificadores’ que adulteravam os preços dos bilhetes, comercializando-os a um preço abaixo do valor real da tarifa, segundo revela a fonte do VALOR.

O “esquema” teria sido levado ao conhecimento das mais altas instâncias da Kenya Airways que, apesar de terem prometido tomar “medidas drásticas”, nunca chegaram a mover qualquer acção para alterar o quadro.

A ‘falcaturia’ terá acarretado enormes prejuízos à empresa angolana, sendo que, segundo a fonte que vimos citando, há mais de um ano que tem as suas portas encerradas, como resultado de desentendimentos com a direcção da Kenya Airways.



A OPERADORA UNITEL expandiu a rede de serviço roaming ao Zimbábue e à Índia, com a realização de parcerias com as empresas homólogas Net One (Zimbábue) e Airtel (Índia).



ANGOLA LNG RETOMOU a produção de gás natural liquefeito após uma “paragem controlada”, iniciada em Dezembro, noticiou a imprensa internacional da especialidade, citando um porta-voz da empresa.

MOVIMENTAÇÃO DE CARGA

Porto de Cabinda com queda de 46% em 2016

BALANÇO. PCA da unidade portuária considera resultados “positivos”, apesar da quebra. Para 2017, prevê-se aumento de 50 contentores, face a ano passado.

Por José Zangui

O Porto de Cabinda manuseou, em 2016, 16.708 contentores, em operações de embarque e de desembarque, o que correspondeu a um movimento de 301.611 toneladas de cargas diversas. Os números

representam um decréscimo de 46% em relação a 2015, de acordo com o presidente do conselho de administração (PCA) da unidade portuária, ao fazer o balanço das actividades dos últimos 12 meses.

Nazareth Neto que, apesar do decréscimo no manuseamento de carga contentorizada, considera os resultados “satisfatórios” e antecipa para este ano a movimentação de 315.168 toneladas, com uma previsão de atracagem de 536 navios na ponte-cais, ou seja, mais 50 navios



Quando concluído, o novo porto de águas profundas vai permitir receber navios de grande porte.

MEMORIZE

● Em 2015, as operações de manuseamento de carga e de descarga de mercadorias no Porto de Cabinda em 2015 renderam 986,832 milhões de kwanzas, como resultado do manuseamento de 31.615 contentores, em fluxos já naquela altura afectados pela queda das importações causada pela crise. Entretanto, no balanço de 2016, as receitas não foram divulgadas.

em relação a 2016. A unidade portuária prevê apostar também na continuação das obras de construção do novo porto de águas profundas, bem como a edificação do quebra-mar.

Em fins de Novembro, o ministro das Finanças, Archer Manguera, anunciou, no fim de uma viagem à China, ter conseguido negociar com as autoridades daquele país o financiamento de projectos de obras públicas avaliados em 7.800 milhões de dólares.

Neste financiamento, está incluída a construção do porto de águas pro-

fundas do Caio, já em curso. Quando concluído, em finais deste ano, o novo porto de águas profundas vai permitir receber navios de grande porte e contribuir para que as mercadorias cheguem a um preço mais baixo, como antecipa o PCA do porto de Cabinda.

A lista de projectos para 2017 perspectiva também o reforço do efectivo de segurança do recinto e das operações portuárias, a formação e a capacitação dos recursos humanos e a aquisição de novos equipamentos de movimentação de carga.

FÁBRICA NÃO RESISTIU À FALTA DE DÓLARES

FLO-TEK paralisada há um mês

Por António Miguel

As fábricas FLOT-TEK e PAS-TEK, situadas em Viana, Luanda, encontram-se paralisadas, a caminho de um mês, como consequência da falta de divisas para a importação de matérias-primas.

Em Setembro passado, o VALOR noticiou que as duas unidades de

produção, do grupo angolano privado FLO-TEK, precisavam de, pelo menos, 600 mil dólares para pagamentos externos a fornecedores de matérias-primas e, deste modo, evitar o encerramento e despedimentos de funcionários.

Ao que tudo indica, o apelo feito na altura, pelo director financeiro da firma, Vijay Raghavan, não surtiu efeito. “Agora, tudo está paralisado. Não há máquinas nem pessoas a trabalhar. Mas estamos a lutar para dar

solução ao problema”, encorajou-se o responsável, adiantando que uma das prioridades “será pagar as dívidas do ano passado com os fornecedores”, sem, no entanto, adiantar a previsão de reabertura das fábricas.

Desde Maio de 2015 que o grupo se vem debatendo com dificuldades de acesso a divisas, face à crise financeira e cambial. A situação está a afectar toda a economia nacional, que foi registando durante os últimos dois anos o encerramento de

várias empresas. No ano passado, o grupo FLO-TEK tinha já despedido 30 funcionários dos 150 que mantinha, tendo reduzido também o número de turnos de três para um. Embora as máquinas se encontrem já paralisadas, Vijay Raghavan afirmou ser ainda cedo para falar em novos despedimentos.

As duas linhas fabricam produtos de plásticos. A FLO-TEK produz baldes e contentores de lixo, tubos de canalização de água e irrigação

e tanques de água e combustíveis, enquanto a PLAS-TEK fabrica preformas de garrafas de plásticos, utilizadas pela indústria de refrigerantes, água mineral e óleo vegetal, baldes de tinta e embalagens. Nos últimos dois anos, a empresa registou queda nos lucros, na ordem dos 40%. A FLOT-TEK tinha uma quota de mercado acima dos 50% e vende maioritariamente em Luanda. Para a construção da fábrica, os accionistas investiram cinco milhões de dólares.

(In)formalizando

VENDA DE ÁGUA EM LUANDA

Um negócio rentável e com concorrência

ÁGUA. Aos tradicionais camiões-cisterna, vendedores de água adicionaram comércio com motorizadas de três rodas. Com preferência pelas zonas suburbanas, negócio é tido como “bastante rentável”, apesar das queixas de ‘concorrência desleal’ feita por quem vende “água duvidosa”.

Por Onélio Santiago

Com o negócio da venda de água nas motorizadas, vulgarmente conhecidas por ‘kupapatas’, há quem esteja a facturar cerca de 400 mil kwanzas

mensalmente. É o caso de Benilson Nguiaba, que pratica este negócio desde finais de 2014. Aos 20 anos, o jovem compra a água no fontenário e revende nos bairros, classificando o procedimento como sendo “bastante simples, mas muito lucrativo”.

Com um tambor ou pipa de mil litros, Benilson Nguiaba, residente no bairro da ‘Farmácia’, em Luanda, dirige-se a um fontenário. No local, enche o tambor, que permanece dentro da carroceria da motorizada, por 500 kwanzas. Em cada tambor cheio, ao revender a água, o jovem pode encher 50 bidões de 20 litros. Como cada bidão de 20 litros de água custa 75 kwanzas, na venda de 50 bidões, arrecada 3.750 kwanzas. Nos dias em que está “bem-disposto”, chega a frequentar o fontenário (para encher a pipa/tambor de mil litros) três a quatro vezes. Nestas ‘idas’ e ‘vindas’, como cada pipa rende 3.750 kwanzas, Benilson Nguiaba acaba o dia com 15 mil kwanzas no bolso. Como nunca trabalha aos domingos, os 15 mil kwanzas diários, multiplicado pelos 26 dias de trabalho, resultam em 390 mil kwanzas.

Para estes números, embora sejam agradáveis, Benilson Nguiaba não fica muito entusiasmado. Além dos gastos



Em média, os camionistas ficam três a quatro horas na fila para encher a cisterna.

para encher a pipa de água, o jovem ainda tem de tratar da manutenção da motorizada e prestar contas com a patroa, ou seja, a dona da motorizada. A aquisição da motorizada, que ronda os 400 mil kwanzas, é outra situação a ter em conta neste negócio, além da compra da pipa/tambor de mil litros, que custa 12 mil kwanzas. Os vendedores de água têm também de lidar com “as complicações” dos polícias, pois boa parte deles conduz a motorizada sem ter obtido ainda a carta de condução.

A venda de água nas motorizadas é bastante comum nos bairros suburbanos de Luanda, sobretudo nas localidades onde a distribuição do líquido ocorre com dificuldades, como são os casos da ‘Sapu I’, ‘Golfes I e II’, ‘Estalagem’, ‘Titanic’, etc.

NOS CAMIÕES-CISTERNA

Ao contrário dos usuários de motorizadas, que chegam a fazer quatro ‘viagens’ diárias, os ‘camionistas’ raramente conseguem encher e vender mais de duas cisternas por dia. Tudo porque, nos centros de distribuição e tratamento da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), as filas são longas e, por norma, os camiões de instituições públicas (bombeiros, administrações municipais, etc.) beneficiam de atendimento prioritário.

Para encher uma cisterna, dependendo do tamanho, os camionistas devem pagar um valor que ronda entre os três e os oito mil kwanzas. Tal quantia, no entanto, deve ser depositada na conta bancária da EPAL. Nos centros de distribuição e tratamento, só recebem os ‘bordereaux’.

Em última instância, aceita-se que o pagamento seja feito por via de um cartão multicaixa.

Em média, os camionistas ficam três a quatro horas na fila dos centros de distribuição e tratamento para encher a cisterna, através de mangueiras altas ligadas directamente ao depósito de água do camião. Arlindo Mafuta, por exemplo, é ajudante de camionista, cabendo-lhe, entre outros aspectos, a missão de auxiliar o motorista na hora de acertar o depósito do camião com a ‘girafa’ – mangueira pela qual a água passa, saindo do centro de captação para a cisterna.

No centro de distribuição e tratamento do Kikuxi, em Luanda, Arlindo Mafuta e o seu chefe pagam três mil kwanzas para encher uma cisterna de 15 mil litros, que, por sua vez, é

A maka dos garimpos

A pouco mais de um quilómetro do centro de tratamento e distribuição do Kikuxi, há uma vala (uma espécie de ‘esgoto’ do Kikuxi) onde a água, tirada com ajuda de motobombas, é vendida aos camiões-cisternas e estes, por sua vez, revendem-na às populações, alegando ser água tratada. À primeira vista, e porque os vendedores colocam cloro e ‘pedra-ume’ para melhorar o aspecto da água, o líquido parece próprio para o consumo. Contudo, quem frequenta o local garante que se trata de uma “situação perigosa”. Esta prática é feita por jovens, que cobram valores não superiores a cinco mil kwanzas para os camionistas que alugam as motobombas e assim encherem a cisterna. O VE tentou obter informações juntos dos responsáveis da EPAL, mas não foi bem-sucedido.

revendida a 17 mil kwanzas. Quando não surge um cliente disposto a comprar todos os 15 mil litros da cisterna, o que ocorre com frequência, opta-se por vender “uns litros aí, outros litros aqui”, explica Arlindo Mafuta, que, apesar de não negar que o negócio “rende bem”, lamenta a existência de uma concorrência desleal. “Nós compramos e vendemos água potável, mas há uns que vendem água da lagoa, mentindo que é água tratada (ver caixa).”

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

De Jure

POR ALEGADA VIOLAÇÃO À LEGALIDADE

Advogados contestam instrutivo que regula saída de divisas

PARECER. Causídicos questionam legalidade do aviso que limita a saída de moedas nacional e estrangeira e propõem “alteração urgente” à Lei Cambial.

Por Valdimiro Dias

Dois especialistas afectos ao escritório LNJ & Advogados contestam a aplicação do Aviso número 01/16, de Abril, exarado pelo governador do BNA, Valter Filipe Duarte da Silva, e que estabelece os limites de saídas de moedas nacional e estrangeira por residentes e não residentes cambiais.

Os advogados Domingos Francisco João e Eliana Dercy da Silva Alves argumentam, em parecer a que o VALOR acedeu em exclusivo, que não existe dispositivo legal que permita a regulamentação de operações cambiais, transgressões e sanções diversas das previstas nos artigos 5.º, 19.º, 20.º e 23.º da Lei

Cambial em vigor, pelo que consideram “inconstitucional e ilegal” o aviso saído do BNA, por alegadamente ter natureza regulamentar e não resultar do conteúdo da Lei Cambial que lhe serve de suporte. “Estes dispositivos legais não se podem ocupar de responsabilizar por transgressão cambial os residentes e não residentes cambiais como se procede hoje, por estarem limitados pelos princípios da legalidade, da proibição, da interpretação analógica e da proibição da aplicação extensiva da norma sancionatória”.

No parecer em que propõem também “alteração urgente” à Lei Cambial, os advogados da LNJ afirmam que “a Lei Cambial não se ocupa das operações cambiais de saída e entrada de moeda (entenda-se Lei da Assembleia Nacional)”, pelo que “não pode um aviso ou norma regulamentar, que resulta da consequência da Lei, ocupar-se de uma matéria não contida na Lei, prefigurando-se em violação

dos princípios da Legalidade e do direito sancionatório”.

Na apreciação dos dois especialistas, os cultores da aplicação da sanção administrativa levaram em conta o artigo número 14 da Lei Cambial que se refere à importação, exportação e reexportação de moedas para dar suporte ao instrutivo de Abril de 2016, interpretação que, segundo defendem, viola também os princípios legais, “uma vez que, em respeito à teoria do interesse e da especialidade, são do direito aduaneiro”.

Ao rebater os defensores da medida, o parecer esclarece que a importação, exportação ou reexportação de notas e moedas metálicas, com curso legal no país ou no estrangeiro, bem como cheques de viagem e outros meios de pagamentos, só podem ser efectuadas por instituições autorizadas a exercer o comércio de câmbios, mediante autorização especial do Banco Nacional de Angola nos termos e condições por este fixados.



“Conforme se lê, o conteúdo do art. 14.º, número 1, da Lei Cambial, aplica-se às pessoas colectivas que compõem o sector financeiro, sujeitas à supervisão do BNA, e não às pessoas singulares como os residentes e não residentes que saiam e entrem com moedas nas nossas fronteiras. Em verdade, pensar e fazer assim é fazer interpretação extensiva à aplicação analógica da norma sancionatória e reforça-se violação do princípio da legalidade”, conclui o estudo dos advogados.

Em relação à “alteração urgente” à Lei Cambial, os advogados da LNJ propõem a intro-

dução dos princípios que regem os comportamentos cambiais dos residentes e não residentes cambiais, indicando as competências do BNA em matéria de supervisão prudencial e comportamental, em sede da política cambial. Consta também das recomendações dos causídicos a enumeração taxativa das operações cambiais a vigorar em Angola com a indicação da operação cambial “saída e entrada de moeda” não prevista na actual lei, bem como a introdução na nova lei de normas processuais adequadas aos processos de transgressão cambial.

O **Novo** *Gazeta* na internet

ACESSE: www.novagazeta.co.ao



100.000

BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

Gestão

ESTUDO RECOMENDA VENDEDORES COM CAPACIDADE RETÓRICA

10 palavras para se atingir o sucesso

MARKETING. Na maioria das vezes, sucesso de uma empresa depende da qualidade das vendas. Foi a pensar nisso – e de que vendedor pode não ter talento natural – que empresa Hubspot, especialista em marketing, elaborou conjunto de regras para se ter boa estratégia. Entre elas, aprender a conversar com clientes com 10 palavras-chave.



NOME DO CLIENTE

Usar o nome do cliente e não o cargo ou o grau acadêmico é um dos primeiros passos para o sucesso. Quando ouve o nome próprio, o interlocutor fica mais atento e sente-se mais cativado.



CHEIRAR, OUVIR, TOCAR, VER

A ideia é fazer o consumidor sentir-se atraído por um produto por conta dos sentidos. Para fechar uma venda de sucesso, torne o produto ou serviço familiar ao consumidor, convidando-o a experimentar.



IMAGINAÇÃO

Não se limite a contar a história da vida do produto que quer vender. Pense nele de uma forma criativa e faça com que o cliente se reveja nele. Por exemplo, conte uma história com o produto em que o cliente é protagonista. Ele vai sentir-se mais próximo daquilo que quer vender.



JUSTIFICAÇÃO

Um estudo da Universidade de Harvard prova que as pessoas ficam 20% mais dispostas a fazer alguma coisa quando um motivo é bem apresentado e justificado. A ideia é mostrar aos clientes o porquê de o produto ou serviço merecer ser comprado.



CONSENSO

Attingir o apoio de todas as partes é a meta mais procurada numa negociação. Para convencer o cliente, portanto, reforce o conceito de 'consenso'. Mas convença de que ele foi absolutamente decisivo a encontrar os termos do contrato.



VALOR ACRESCENTADO

Ao elencar as qualidades do produto ou do serviço que quer vender, evite a expressão "mas": a palavra dá uma ideia de adversidade, o que pode afastar o consumidor. Em alternativa, opte por pela conjunção "e". A expressão dá a ideia de concordância. A HubSpot recorre a um exemplo: "Vejo que tem um orçamento de 50 mil dólares e deixe-me contar o porquê de nosso sistema custar 100 mil dólares."



PODER DAS PALAVRAS

De acordo com o HubSpot, o discurso de um vendedor deve conter "palavras poderosas". Estas expressões provocam sentimentos fortes durante as negociações, o que pode influenciar as tomadas de decisão. Alguns exemplos: "conquistar", "espírito", "felicidade", "herói", "incrível", "magia", "esperança" e "vitória."



ALTERNATIVA

Tal como as palavras 'mas' e 'e', também a expressão 'ou' ganha uma dimensão diferente nas negociações. Segundo o HubSpot, apresentar opções ao consumidor pode duplicar ou até triplicar as chances de que ele diga "sim". Em vez de pedir um contrato assinado, por exemplo, ofereça os modelos de contrato A, B e C.



CONVICÇÃO

Nenhum cliente gosta que um vendedor decida o rumo da negociação sozinho, sem perguntar o que a própria pessoa que irá usar o produto ou serviço pensa e o que pretende determinar. Tornar as sugestões em perguntas é uma boa maneira de manter a conversa fluente, dando importância às ideias do cliente.



APRESENTAR SOLUÇÕES

Em vez de prometer que vai tentar fazer algo pelo cliente, garanta de imediato que vai fazer. Isso mostra competência e confiança, de acordo com análise feita pela empresa de marketing.

PALAVRAS PROIBIDAS

Tal como existem frases motivacionais, os vendedores estão 'proibidos' de usar determinadas expressões. Eis 10 que estão na 'lista negra':

- Não está a precisar de nada? ● Acho que não vou vender nada hoje ● Ele não vai comprar nada hoje
- Só consigo vender se conseguir arranjar um desconto ● Na minha região não vende
- Vai ser impossível attingir a meta ● A culpa é do governo ● O problema é a crise
- Não tenho tempo ● Não me apetece trabalhar

A resolução do desenvolvimento



Kaushik Basu



Francois Bourguignon



Justin Yifu Lin



Joseph E. Stiglitz

A decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia e a eleição de Donald Trump nos EUA trouxeram um descontentamento nos países desenvolvidos. Com razão ou sem ela, culpam a globalização - ou, pelo menos, como ela foi administrada - pela estagnação dos rendimentos, pelo aumento do desemprego e pela crescente insegurança.

Os países em desenvolvimento têm expressado sentimentos semelhantes há muito mais tempo. Embora a globalização tenha trazido muitos benefícios ao mundo em desenvolvimento, muitos se opõem à economia neoliberal. Em particular, o que tem atraído muitas críticas ao longo dos anos, o chamado Consenso de Washington, que apela à liberalização e privatização livres e políticas macroeconómicas que se concentram na inflação, em vez de emprego e crescimento. É hora de rever a sabedoria económica convencional?

A Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento achou que era uma questão que vale a pena considerar. Assim, convidou 13 economistas de todo o mundo a fazer exactamente isso.

Concluimos que algumas das ideias subjacentes à economia tradicional do desenvolvimento podem, de facto, ter ajudado a criar alguns dos desafios que o mundo enfrenta. É agora evidente que a simples manutenção de orçamentos nacionais equilibrados e o controlo da inflação, deixando o mercado para fazer o resto, não gera automaticamente um crescimento sustentado e inclusivo. Com isso em mente, identificamos oito princípios gerais que devem orientar a política de desenvolvimento.

1 - O crescimento do PIB deve ser visto como um meio para um fim, não um fim em si mesmo. O crescimento é importante porque fornece os recursos necessários para refor-

çar as várias dimensões do bem-estar humano: emprego, consumo sustentável, habitação, saúde, educação e segurança.

2 - A política económica deve promover activamente o desenvolvimento inclusivo. Em vez de esperar que a maré de desenvolvimento levante todos os barcos, os formuladores de políticas devem assegurar que nenhum grupo seja deixado para trás. Devem enfrentar, de frente, as privações - do desemprego para o acesso inadequado aos cuidados de saúde ou à educação - que causam tanto mal aos pobres.

Além do imperativo moral, tal abordagem ajudaria a manter o desempenho económico, que pode ser ameaçado pela desigualdade de renda excessiva, por meio de tensões sociais, turbulência política e até mesmo por conflitos violentos. De facto, alguns dos recentes tumultos políticos - incluindo as vitórias de Brexit e de Trump - foram impulsionados em parte pela excessiva desigualdade.

3 - A sustentabilidade ambiental não é uma opção. A nível nacional, o crescimento de rendimentos à custa dos danos ambientais é insustentável e, portanto, inaceitável. A nível global, as alterações climáticas constituem uma ameaça para a saúde, meios de subsistência e 'habitats'. É imperativo que as políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas sejam parte integrante da política de desenvolvimento, e não uma adenda.

4 - Precisa haver equilíbrio entre mercado, Estado e comunidade. Os mercados são fundamentalmente instituições sociais e exigem regulamentação para alocar recursos de forma eficiente. No último quarto de século, os mercados sub-regulados foram a causa de muitos resultados económicos adversos, incluindo a crise financeira de 2008 que atingiu níveis insustentáveis de desigualdade.

Tanto para os mercados como para os actores não mercantis, o Estado é indispensável para uma

regulamentação eficaz. As instituições da sociedade, por sua vez, são essenciais para garantir que o Estado funcione de forma eficiente e justa.

5 - A estabilidade macroeconómica exige flexibilidade política. O conselho político tradicional fetichizou um orçamento equilibrado - às vezes em detrimento da estabilidade macroeconómica. Uma abordagem melhor consideraria os equilíbrios fiscais e externos como restrições de médio prazo. Dessa forma, o estímulo fiscal, tal como o investimento público, pode ajudar a revigorar economias fracas e lançar as bases para o crescimento a longo prazo. A chave é assegurar que a dívida pública e as pressões inflacionárias sejam bem geridas durante os bons tempos.

6 - O impacto da mudança tecnológica sobre a desigualdade exige uma atenção especial. Os recentes avanços tecnológicos deslocaram o trabalho, aumentando a participação do capital e, portanto, o nível de desigualdade. Afinal, a automação permite que as empresas gastem menos em salários, aumentando assim os retornos dos accionistas.

Infelizmente, o que é fundamentalmente um problema de mão-de-obra, tem sido muitas vezes retratado como um problema laboral, com algumas economias avançadas a afirmar que os países em desenvolvimento estão a tomar os seus empregos. Isso contribui para a rejeição da abertura comercial e apela ao proteccionismo. O que é realmente necessário, no entanto, é a acção para aumentar o capital humano; Adaptar e melhorar os instrumentos de redistribuição do rendimento; Promover a igualdade nos rendimentos.

7 - As normas sociais, valores e mentalidades afectam o desempenho económico. Uma economia funciona melhor quando há confiança. As normas sociais também podem ajudar a conter a corrupção e incentivar práticas justas. A sociedade civil e os governos devem, portanto, promover valores e normas conducentes.

8 - A comunidade internacional tem um papel importante. As forças globais e as políticas nacionais criam externalidades que limitam opções políticas. Talvez o exemplo recente seja o impacto das políticas monetárias dos países avançados nos fluxos de capital dentro e fora das economias emergentes. Outros exemplos incluem restrições à migração, políticas comerciais e regulamentos sobre paraísos fiscais. Somente as instituições internacionais podem gerenciar as externalidades criadas por essas políticas. A chave para garantir que façam de forma justa e eficaz é amplificar a voz dos países em desenvolvimento.

Tal como o fim de 2016, também os velhos modos de pensamento económico que produziram tanta dificuldade e alimentaram tumultos devem acabar. O desenvolvimento económico passado, junto com os avanços no pensamento económico, proporcionaram uma riqueza de percepção sobre o que funciona e o que não funciona. Esse conhecimento deve estar no cerne da nova abordagem do desenvolvimento que o mundo precisa.

KAUSHIK BASU, *ex-economista-chefe do Banco Mundial, professor de Economia na Universidade de Cornell.*

FRANCOIS BOURGUIGNON, *ex-economista-chefe do Banco Mundial, professor na Faculdade de Economia de Paris.*

JUSTIN YIFU LIN, *ex-economista-chefe e vice-presidente do Banco Mundial, professor e decano da Escola Nacional de Desenvolvimento da Universidade de Pequim e diretor fundador do Centro de Pesquisas Econômicas da China.*

JOSEPH E. STIGLITZ, *Prémio Nobel de Ciências Económicas em 2001, professor na Universidade de Columbia, co-presidente do Grupo de Peritos de Alto Nível para a Medição do Desempenho Económico e Social Progresso na OCDE.*

Tal como o fim de 2016, também os velhos modos de pensamento económico que produziram tanta dificuldade e alimentaram tumultos devem acabar.

Internacional

MAIS DOIS MESES DE PAZ EM MOÇAMBIQUE

Trégua pode animar economia

PAZ. Empresários já se apressaram a saudar período de paz alargado por mais dois meses. Acreditam que pode voltar a trazer investimentos, numa economia que atravessa maior crise dos últimos anos. União Europeia e EUA também saúdam decisão do governo e da Renamo.

A CTA (Confederação das Associações Económicas) mostrou-se satisfeita com a a prorrogação do prazo da trégua em Moçambique, por mais dois meses, declarada pela Renamo, principal partido de oposição. Os empresários estão convencidos que a decisão vai “animar a economia” e abrir espaço a novas perspectivas. “Esta decisão desperta grandes expectativas económicas, não só para a comunidade empresarial e para os investidores estrangeiros, mas também para todo o povo”, afirmou o vice-presidente da CTA, Agostinho Vuma.

Apesar de destacar a trégua como um “grande passo”, o vice-presidente da CTA entende que a consolidação de uma paz permanente é uma das principais condições para a manutenção de um bom ambiente de negócios, apelando ao governo e à Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) para encontrarem uma solução definitiva. “Recebemos várias solicitações de investidores estrangeiros que estavam à espera da paz para investir. Temos estado em contacto com empresários da Turquia, Chile e outros países”, revelou o vice-presidente da CTA.

Por causa do conflito, os preços dos produtos em Moçambique dispararam nos últimos tempos e a CTA acredita que vão começar a estabilizar em função da suspensão das escoltas militares obrigatórias nas principais estradas do país.

Também a União Europeia (UE) considerou a trégua “um passo importante” na construção da confiança. “Trata-se de um passo importante no sentido da construção de confiança e da busca de um resultado sustentável nas negociações, de uma paz duradoura, de estabilidade e de democracia”, declarou a Delegação da UE em Moçambique, vinculando os



Filipe Nyusi e Afonso Dhlakama, num dos raros encontros

chefes de missão europeus acreditados em Maputo.

Na curta mensagem, os chefes de missão “saúdam a suspensão temporária das hostilidades decidida pelo Governo e pela Renamo” e a UE, uma das entidades envolvidas na mediação das negociações de paz, compromete-se a continuar a apoiar Moçambique “a alcançar estes objetivos para o bem-estar de todos os moçambicanos”.

Outro entusiástico apoio partiu dos EUA. Washington saudou o prolongamento da trégua, que considera “um avanço significativo para uma paz duradoura”, e elogiou a coragem do presidente moçambicano e do líder da Renamo.

A representação dos Estados Unidos manifestou igualmente a a esperança de que, “com base nesta

1,5

milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar.

conquista”, o Governo e a Renamo “possam demonstrar coragem igual na resolução das diferenças políticas” e estabelecer “uma paz permanente e a base democrática necessária para o desenvolvimento socioeconómico de todos os moçambicanos”.

O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, anunciou o prolonga-

mento por 60 dias da trégua temporária declarada na semana anterior, para dar tranquilidade às negociações de paz em Moçambique. “Esta trégua ou prorrogação é para criarmos um ambiente favorável para podermos assegurar o diálogo em Maputo. Isto é, tranquiliza ambos os lados, Renamo e o Governo de Moçambique, para que as coisas possam correr bem. E, por outro lado, oferecer a paz aos moçambicanos”, afirmou Dhlakama, em declarações por telefone aos jornalistas reunidos na sede nacional do maior partido de oposição, na capital do país.

O segundo anúncio de trégua de Afonso Dhlakama surgiu um dia após ter mantido uma conversa por telefone com Filipe Nyusi para fazer o balanço da cessação de hostilidades de uma semana, declarada pelo presidente da Renamo a 27 de Dezembro.

O centro e norte de Moçambique estão a ser assolados há mais de um ano pela violência militar, na sequência da recusa da Renamo em aceitar os resultados das eleições gerais de 2014, exigindo governar em seis províncias onde reivindica vitória no escrutínio.

Vários ataques a alvos militares e civis e emboscadas nas estradas foram atribuídos à Renamo, que por sua vez acusa as Forças de Defesa e Segurança de operações na região da Gorongosa, onde alegadamente se encontra Afonso Dhlakama.

Na sequência da trégua, a polícia moçambicana anunciou a suspensão das escoltas obrigatórias na estrada Nacional 1, entre Save e Muxúnguê e entre Nhamapadza e Caia, em Sofala, e também na Nacional 7 entre Vanduzi (Manica) e Changara (Tete).

Além da crise política, Moçambique atravessa uma conjuntura económica difícil, marcada pela subida do custo de vida, desvalorização do metical, aumento da inflação e as consequências da seca que assolou o país em 2016, deixando cerca 1,5 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar.



GUINÉ-BISSAU Estado com mais dívidas

A Guiné-Bissau voltou a endividar-se através de empréstimos e já deve mais de 230 milhões de dólares aos países da África Ocidental, revelou o novo ministro da Economia e Finanças.

João Fadiá reuniu-se com os operadores económicos e criticou a opção tomada pelos governos nos últimos dois anos, por terem contraído dívidas que disse terem sido utilizadas apenas no pagamento de bens de consumo de luxo e salários. “As finanças públicas têm uma situação muito grave que não pode continuar”, indicou João Fadiá, para sublinhar que a dívida do Estado para com a banca e União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) “não trouxe melhorias para a população”.

João Fadiá quer aumentar a arrecadação e centralização de receitas, e a contenção de despesas do Estado e do endividamento.

A dívida da Guiné-Bissau ascendia a cerca 1,5 milhões de dólares e foi perdoada depois de o país cumprir com uma série de critérios no âmbito da iniciativa de apoio aos países altamente endividados.

BENJAMIN Netanyahu foi interrogado pela segunda vez, no âmbito de uma investigação por corrupção. A polícia interrogou o primeiro-ministro de Israel, em casa. Em causa está na aceitação de prendas por parte de empresários.



A **PROCURADORIA** do Peru chegou a um acordo com a Odebrecht para obter informações sobre o pagamento de subornos entregues pela empresa brasileira a funcionários peruanos nos últimos anos.



NUM ANO NAS CADEIAS NO BRASIL

Quase 400 mortos

Quase 400 mortes violentas foram registadas nas cadeias brasileiras em 2016, de acordo com dados fornecidos pelos governos estaduais, divulga a imprensa brasileira.

Segundo dados levantados pelo portal de notícias G1, com base em informações dos governos dos 26 estados e do Distrito Federal, em média há mais de uma morte por dia. Os dados referem-se a mortes consideradas não naturais, o que inclui homicídios e suicídios. Ao todo, foram assassinados 392 presos.

A situação das cadeias brasileiras voltou ao topo das notícias depois da rebelião supostamente causada pela disputa de poder entre facções criminosas 'Família do Norte' (FND) e o 'Primeiro Comando da Capital' (PCC) iniciada no complexo penitenciário Anísio Jobim (Compaj) no

último domingo e que fez 56 vítimas mortais. Pelo menos 30 presos foram decapitados.

Cinco dias depois, outro motim noutra cadeia, em Roraima, fez 33 mortos. A cadeia tinha 1700, mas só tem capacidade para acolher 700.

As várias rebeliões motivaram uma reacção da ONU que pediu ao Brasil para efectuar uma "investigação imparcial e efectiva".

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) informou, em comunicado, que as mortes reflectem uma situação crónica dos centros de detenção brasileiros. "Instamos as autoridades brasileiras a tomarem medidas para prevenir essa violência e para proteger aqueles sob custódia", lê-se no comunicado.

A ONU pede ainda às autoridades brasileiras que estendam o inquérito a outro motim registado também a semana passada em Manaus, em que foram mortas outras quatro presos.



Várias rebeliões motivaram uma reacção da ONU.



EM 18 DIAS

'Rota da seda' em comboio

A China começou um serviço de viagem de comboio até Londres, com duração de 18 dias, segundo a agência de notícias chinesa Xinhua. O percurso tem 12 mil quilómetros, com início na província de Zhejiang. O trajecto passa por sete países além da China e Inglaterra: Cazaquistão, Rússia, Bielorrússia, Polónia, Alemanha, Bélgica e França.

O Reino Unido procura estreitar laços com a China, de maneira a ser a porta de entrada para o mundo ocidental. A actual líder do governo, Theresa May, afirmou que a relação com a China é "prioritária" em busca de investimentos chineses especialmente no momento de saída da União Europeia.

ENTRE CHINA E PAÍSES LUSÓFONOS

Comércio em queda

O comércio entre a China e os países de língua portuguesa caiu 8,44% nos primeiros 11 meses do ano passado, face ao período homólogo de 2015, indicam dados oficiais. Segundo estatísticas dos Serviços da Alfândega da China, publicadas no portal do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau), o comércio entre a China e os países lusófonos foi de 83,23 mil milhões de dólares entre janeiro e novembro.

Pequim comprou bens avaliados em 56,54 mil milhões de dólares – menos 1,67% – e vendeu 26,68 mil milhões de dólares (– menos 20,10%.

O Brasil manteve-se como o principal parceiro económico da China, com trocas comerciais bilaterais de 61,94 mil milhões de dóla-

res, uma queda de 6,48% em termos anuais homólogos.

Com Angola, o segundo parceiro comercial da China no universo da lusofonia, as trocas comerciais caíram 22,10%, cifrando-se em 14,23 mil milhões de dólares.

Com Portugal, terceiro parceiro lusófono da China, o comércio bilateral ascendeu a 5,12 mil milhões de dólares – mais 27,72% –, numa balança comercial favorável a Pequim, que vendeu a Lisboa 3,71 mil milhões de dólares – mais 40,30% – e comprou produtos avaliados em 1,41 mil milhões de dólares (1,33 mil milhões de euros), mais 3,36%.

Em 2015, o comércio entre a China e os países de língua portuguesa caiu 25,73%, a primeira queda desde 2009.

Os dados divulgados sempre incluíram São Tomé e Príncipe, apesar das relações diplomáticas que mantinha com Taiwan e de não participar no Fórum Macau.



Pequim comprou bens avaliados em 56,54 mil milhões USD.

VENEZUELA COM NOVO GOVERNO

Maduro quer recuperar economia e combater a criminalidade

O presidente da Venezuela remodelou o seu gabinete, designando 11 novos ministros, que terão como objectivo principal libertar o território da criminalidade, recuperar a econo-

mia, consolidar os programas governamentais de assistência social e garantir a paz. Nicolás Maduro fez o anúncio no Quartel da Montanha (onde repousam os restos mortais de Hugo Chávez, que presidiu o país entre 1999 e 2013), em Caracas, transmitido como direito de antena e de forma obrigatória pelas rádios e televisões,

naquela que foi a sua primeira alocação pública de 2017.

Uma das mudanças principais foi a designação do governador de Aráguá, Tarek El Aissami, para vice-presidente, por ser, segundo o chefe de Estado, "um líder indiscutível", que concentrará a gestão na segurança e na depuração das polícias regionais. "Não me impor-

ta o cargo que tenham. Vamos com tudo contra os criminosos, os corruptos e os extremistas", venceu Nicolás Maduro.

Nicolás Maduro anunciou ainda a fusão dos ministérios da Economia e das Finanças, que será dirigido pelo deputado Ramón Lobo, um economista, mestrado em gestão empresarial e professor uni-

versitário em matérias como contabilidade, economia e matemática financeira.

Por outro lado, o actual presidente da empresa estatal Petróleos de Venezuela, Eulógio del Pino, vai deixar o Ministério do Petróleo, sendo substituído por Nelson Martínez, actual líder da petrolífera Citgo (empresa venezuelana nos EUA).

CHINA TOMA DECISÃO HISTÓRICA

Maior mercado de marfim encerra este ano

ECOLOGIA. Maior mercado mundial de marfim, China, vai proibir todo comércio interno e processamento do chamado 'ouro branco' ainda este ano, revelou imprensa estatal chinesa na semana passada.

A China vai interromper gradualmente todo o processamento de marfim e a sua venda com propósitos comerciais até ao fim deste, reportou a agência de notícias Xinhua. Este anúncio foi antecedido da decisão de há dez meses de proibir a importação de marfim.

Todas as vendas comerciais de marfim, provenientes de elefantes, tanto em locais físicos como virtuais, serão banidas até ao fim de Março, e os vendedores registados deverão reduzir o comércio até ao final deste ano. Os escultores de marfim serão encorajados a trabalhar em museus.

O marfim africano é um símbolo de 'status' na China, onde o preço de um quilo pode chegar aos 1.100 dólares.

Milhares de elefantes são caçados ilegalmente todos os anos em África para abastecer a procura mundial de marfim, especialmente para os mercados asiáticos e europeus, e que se mantém, apesar das crescentes restrições mundiais.

A decisão chinesa obriga ao encerramento de 34 empresas que trabalham com marfim e 143 dedicadas à sua comercialização. "Esta é uma grande notícia que acabará com o maior mercado mundial ainda vigente para o marfim de elefantes", disse Aili Kang, director-executivo na Ásia da Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem.

A comercialização de marfim tem contribuído para a rápida diminuição da população de ele-



A China é o maior mercado legal de marfim do mundo.

fantes em África, que foi reduzida a um terço nos últimos sete anos, segundo um censo recente. No ano passado, organizações internacionais de conservação pediram o fim deste tipo de comércio.

A China é o maior mercado legal de marfim do mundo e estima-se que 70% seja comercializado legalmente. No ano passado, a China concordou, pela primeira vez, que iria reduzir o mercado doméstico de produtos feitos de marfim.

Segundo uma investigação disfarçada que durou dez meses feita pela ONG Elephant Action League, o mercado legal de marfim da China é uma forma de cobrir o mercado ilegal que é 25 vezes maior. Mas o fim mostra que o país tem levado o tema a sério e

MEMORIZE

- O Governo angolano proibiu a venda de marfim, o ano passado, no antigo mercado do Benfica (hoje no Museu da Escravatura). Angola cumpre assim as directrizes da Convenção Internacional de Espécies em Vias de Extinção (CITES), que o país aderiu. A população de elefantes em África foi reduzida para um terço nos últimos sete anos.



177

Número de empresas que vão encerrar por causa da proibição de comercializarem marfim

1100

Dólares: preço de um quilo de marfim nos mercados da China

que o comércio de elefantes está prestes a ficar muito mais difícil.

ANGOLA EXEMPLO

A ONG francesa 'Robin des Bois' (Robin Hood), pioneira na defesa do ambiente, felicitou, no ano passado, o Ministério do Ambiente, em carta, pelas acções e esforços no combate à caça e comércio ilegal de espécies. A associação, sediada em Paris, destacou a proibição das bancadas de venda de peças de marfim no mercado do Benfica (hoje ao largo do Museu da Escravatura)

A ONG elogiou o compromisso de Angola em encerrar o mercado interno de marfim bruto e esculpido. O mercado encerrou as bancadas de vendas de peças de marfim, bem como a queima de marfim apreendido em vários pontos fronteiriços. O ex-administrador deste mercado João Isabel, confirmou, em entrevista ao jornal 'Nova Gazeta', que a praça já não vende marfim "desde que o país aderiu à Convenção Internacional de Espécies em Vias de Extinção (CITES).

De acordo com a ONG, a acção de Angola "é de coragem" e confronta aqueles que não estão preocupados com o interesse geral e patrimonial e o valor cultural de espécies selvagens. "Definitivamente os tempos mudaram para todos aqueles que agem para a extinção dos elefantes", lê-se na carta.

A Robin des Bois, fundada em 1985, aplaudiu o compromisso de Angola a favor dos elefantes e reafirma o seu apoio na adopção de propostas relativas ao comércio interno, destruição de 'stock' ilegal e reformulação da lista de todos os elefantes, incluídos no apêndice nº I na CITES.

Educação & Tecnologia



TECNOLOGIA ISRAELITA

‘Carro voador’ começa a ser vendido por 14 milhões USD

Após 15 anos de trabalho, uma empresa de tecnologia israelita está otimista que, finalmente, conseguirá colocar no mercado até 2020 o seu drone de passageiro de 1,5 tonelada.

O Cormorant, chamado de ‘carro voador’, pode transportar 500 kg e viajar a 185 km/h. Ele completou o seu primeiro voo solo automatizado em Novembro. O preço é estimado em US\$ 14 milhões.

Os criadores da Urban Aeronautics acreditam que o drone verde-escuro, que usa rotores internos em vez de hélices de helicóptero, poderia retirar pessoas de ambientes hostis ou permitir acesso seguro a forças militares.

“Basta imaginar uma bomba suja numa cidade e este veículo pode entrar roboticamente, pilotado de forma remota, numa rua e descontaminar uma área”, disse o fundador e

presidente da Urban Aeronautics, Rafi Yoeli.

PARA A FAMÍLIA

Rafi Yoeli criou a empresa em 2001 para criar o drone, que ele diz ser mais seguro do que um helicóptero, pois pode voar entre edifícios e abaixo das linhas de energia sem o risco de bater uma hélice. Ainda há muito trabalho a ser feito antes que o veículo autónomo chegue ao mercado.

O Cormorant, do tamanho de um carro familiar e anteriormente chamado de Air Mule, ainda não cumpriu todas as normas da Administração Federal de Aviação dos Estados Unidos e um teste em Novembro viu pequenos problemas com dados conflitantes enviados por sensores de bordo.

Um especialista da indústria disse que a tecnologia pode salvar vidas. “Poderia revolucionar vários aspectos da guerra, incluindo a evacuação médica de soldados no campo de batalha”, disse Tal Inbar, chefe do centro de pesquisa de UAV do Fisher Institute for Air and Space Strategic Studies.

‘GALAXY A’ COMERCIALIZADO A PARTIR DO PRÓXIMO MÊS

Novos telemóveis Samsung vão ser à prova de água

TELECOMUNICAÇÕES. Novos modelos Galaxy A da Samsung vão ser lançados numa nova versão (2017) com USB-C e vão ser à prova de água tal como acontece com Galaxy S7.

A

Samsung confirmou, na semana passada, que os novos Galaxy A (2017), smartphones de gama média da marca, vão trazer mudanças que facilitam a vida dos utilizadores. O Galaxy A3, A5 e A7 vão agora ser equipados com uma porta USB-C, carregamento rápido, Always on Display – permite manter uma parte do ecrã sempre ligada com um consumo de energia reduzido.

Os Galaxy A são smartphones com um aspecto premium, mas com especificações técnicas e preços mais reduzidos, que apareceram no mercado em 2015 e receberam um ‘upgrade’ em 2016. Este ano, acontece o mesmo, mas, desta vez, as melhorias vão além do aspecto e da capacidade de processamento.

Os modelos de 2017 vão chegar ao mercado no final de Janeiro com uma entrada USB-C e com resistência à água, como acontece no S7, o modelo topo de gama da marca.

Esta é uma aposta forte da empresa sul-coreana que dá a entender que os próximos telemóveis da marca vão contar com a entrada USB-C em vez da mini USB, e parece que não vamos voltar a ter um smartphone sem o certificado IP 68, como aconteceu com o Galaxy S6.

Além dessas mudanças, o A3 vai receber uma câmara de 12 megapixels na traseira e oito megapixels à frente, enquanto o A5 e A7 vão ter 16 megapixels à frente e atrás e uma abertura de f/1.9. Os três modelos vão suportar o carregamento rápido e o Always on Display.

No exterior, a Samsung vai continuar a apostar no metal e no vidro, oferecendo um aspecto semelhante ao que a marca apresenta na linha S. O A7 ainda não se sabe por quanto vai ser posto à venda, mas o A3 e A5 vão entre os 300 e 500 dólares.

Depois dos problemas que o Galaxy Note 7 trouxe à Samsung, a marca parece estar a apostar em melhorar a gama média, ao mesmo tempo que oferece algumas pistas sobre o que se pode esperar encontrar no Galaxy S8 em Fevereiro, mês em que deve ser apresentado ao público.

500

preço do novo telemóvel Samsung Galaxy A.



Os três modelos vão suportar o carregamento rápido e o Always on Display.

Marcas & Estilos

Nervuras

Com ombreiras de desenho único, este 'sweater' torna-se numa das camisolas listradas mais procuradas da Balmain. Tem a gola em forma de ballet com nervuras, mangas compridas em estilo pulóver e uma composição de 80% de viscose, 14% de poliamida, 6% de poliéster.

Detalhes milimétricos

A Feather Cuff é fundida em aço cirúrgico de alta qualidade, com uma tecnologia avançada para longa durabilidade. Apresenta uma grande banda sólida de oito milímetros gravada com pena ao detalhe para a sua camisa.

Viajantes de classe

Leve, resistente e igualmente útil como uma pasta de ginástica, o Monaco é uma actualização cuidadosamente concebida para o fim-de-semana dos homens clássicos. Atende os requisitos e inclui recursos para o viajante frequente.

Sonhos reais

As cadeiras de massagem são um sonho tornado realidade para milhões de trabalhadores de escritório cansados. Ter um massagista privado ao seu dispor 24 horas ao dia soa como uma bem-aventurança.

Altas frequências

As torres da Joey Roth elevam os alto-falantes de cerâmica originais num sistema de som de alta qualidade, em caixas de linha de transmissão carregado de massa que se estendem numa frequência de até 40 Hz.

Distinções

A pulseira de marca Atolyestone, com características distintas, é feita de 925 tranças de prata para criar um design moderno para as mulheres. Esta alça é terminada com revestimento de ouro amarelo, tornando-se uma única peça de colecção de jóias da âncora Atolyestone.

AUTOMÓVEL

Que tal uma Moto 4?

Podem servir para trabalhos mais duros, como o transporte de cargas pesadas ou de maiores dimensões, mas também servem para a utilização diária, tipo kupapata. Mas quem olha para uma Moto 4 só pensa em divertimento: galgas pedras e obstáculos por montes e vales ou percorrer as areias de praias. É um todo-o-terreno que pode ser usado por uma ou duas pessoas. A Honda 'inventou' estas motos para todo o serviço em 1970. Desde essa altura, a matriz mantém-se a mesma, mas com inovações no tipo de combustível e na potência do motor. Por exemplo, o modelo mais simples da marca, o Fourtrax 250, é também o mais versátil e mais leve, ideal para belos passeios pelo campo.



TURISMO

Lisboa nas 20 mais

A avaliar pelas enormes filas à porta da Embaixada de Portugal, os angolanos até sabem disto: Lisboa integra a lista dos 20 destinos 'obrigatórios' para se visitar em 2017. O 'ranking' foi elaborado pelo canal económico Bloomberg, que recomenda a capital portuguesa por causa da "beleza, oferta cultural e o tempo ameno", sugerindo que os melhores meses

são entre Novembro a Fevereiro. A Bloomberg sugere que se evite o verão, por causa do calor, e por ser difícil encontrar quartos em bons hotéis. Nos últimos 10 meses, o turismo de Lisboa gerou receitas de mais de três milhões de dólares e acolheu quase dois milhões de turistas, com uma taxa de ocupação de mais de cinco milhões de dormidas.



AGENDA

LUANDA

11 DE JANEIRO

O Centro Cultural Português acolhe a inauguração da exposição de 30 obras inéditas de pintura e instalação 'Nos Caminhos da Consolidação da Paz', de Fernando Nunes.

12 DE JANEIRO

Início do Festival do Teatro Angolano (FESTA), realizado pela III Trienal de Luanda. O evento tem a duração de quatro dias, três peças por dia, das 19 às 22 horas.

12 DE JANEIRO

Começa a primeira edição de 2017 do evento 'Poesia Eu Vivo', a realizar-se no King's Club, Vila-Alice, a partir das 19 horas.

13 DE JANEIRO

O colectivo de artes 'Protevida' apresenta 'O Lombucho' e, no domingo, o clássico 'Manana'. 1.000 kz, no 'Centro Cultural Actos e Cenas', na Samba.

28 DE JANEIRO

ONG 'Mangas Compridas' realiza, no Hoji ya Henda, palestra sobre 'O que está por trás da degradação dos valores', para a emancipação sociocultural dos jovens.

“Há algo que o movimento do teatro veio criando: cada grupo criou o próprio público. Por causa da carência de salas nos bairros, os grupos criaram núcleos nessas zonas.”

RAUL DO ROSÁRIO, ACTOR E PRODUTOR

“Uma casa de artes é produtiva”

ARTES CÉNICAS. Actor e produtor do Elinga Teatro, Raul Rosário, coordena primeira edição do Festival do Teatro Angolano (FESTA), que começa na quinta-feira (12), no Palácio de Ferro, em Luanda, no âmbito da III Trienal de Luanda, realizada pela Fundação Sindika Dokolo. Também actor de telenovelas e cinema, que está confiante por maior adesão do público, explica sobre novo rumo do Elinga Teatro (sala e grupo) e recomenda maior atenção ao movimento do teatro no país, além de sugestões para melhoria da arte.

Por Pihia Rodrigues

Qual é a expectativa em volta dessa primeira edição do festival?

Depois de ter assistido com satisfação ao teatro apresentado ao longo desta III Trienal de Luanda, concluí que houve muita adesão do público. Há algo que o movimento do teatro veio criando: cada grupo criou o próprio público. Por causa da carência de salas de espectáculos nos bairros, os grupos criaram núcleos nessas zonas. Esse público, juntando com o habitual da trienal, espera-se sucesso, até porque passarão no Palácio de Ferro cinco grupos premiados: Julu, Pitabel, Miragens, Etu Lene e Elinga, ou seja, pesos pesados.

Têm acautelado o transporte do público nos bairros...

Temos preparadas as condições de transportes, que vão buscar o público em pontos da cidade, pelo facto de o evento ser na baixa da cidade.

A companhia Elinga Teatro continua a apresentar-se no seu espaço?

O grupo estreou uma peça ainda em Novembro no Elinga, apresentou também na Casa das Artes, no Talatona. Mas o espaço está sempre pronto a receber eventos do grupo e de outros.

Mas o espaço vai ser demolido...

Ainda há um limite de tempo, até à demolição. Fizemos uma pequena remodelação, então está outra vez em condições de apresentar teatro. Não é das melhores em termos técnicos, mas pode apresentar-se.



Santos Simões/VE

Fico muito satisfeito com a força anímica que o teatro tem, por isso o Governo deveria prestar muita atenção a este fenómeno.

Já estão a preparar uma outra sala?

O edifício que está a ser erguido em frente do Elinga é da mesma entidade que pretende demolir o espaço. Houve uma espécie de troca (uma negociação) de que o novo edifício iria albergar uma sala para o Elinga, mas por enquanto as obras pararam, talvez

por causa da crise. Então, ‘enquanto o lobo não vem’, continuamos.

Mas há garantias de que se ‘o lobo vier’, pelo menos, já não têm com o que se preocupar?

Esse aspecto foi acautelado. No princípio havia uma pequena guerra porque

não se entendia qual era a contrapartida. E também porque as pessoas já têm um certo afecto pelo espaço, a carga histórica que envolve...

O teatro já tem força?

Fico muito satisfeito com a força anímica que o teatro tem, por isso o Governo, as instituições públicas e privadas e a sociedade, em geral, deveriam prestar muita atenção a este fenómeno. A força do pessoal do teatro, afinal, os grupos organizaram-se com meios próprios. Já há grupos com salas (cativas), por exemplo, o Pitabel já domina uma no Kilamba, no Talatona, há a ‘Casa das Artes’, no centro da cidade não há salas, tirando as adaptadas como a LAASP e a do Horizonte Njinga Mbande

E como está o teatro no país?

Todas as capitais das províncias têm um grande e bonito teatro, deixado pelo colono, como o do Namibe. Devia pensar-se em criar um cine-teatro em cada município. Era algo que já existia, devia recuperar-se. Se o Estado não tiver capacidade para gerir, propõe uma comparticipação com privados, mas colocando na gestão quem entende da área, não é alugar o espaço para festas. Recuperar uma casa de artes não tem muitos custos, não é como um restaurante. Uma casa de artes, desde que tenha energia, água, banheiros limpos, limpeza, luminotécnico, gabinetes, é produtiva.

Já há muita gente a viver do teatro?

Só conheço dez pessoas que vivem das artes cénicas. Mas prefiro não os citar.

Quais são os seus projectos artísticos?

Para já, estou satisfeito com os projectos de teatro inclusos na trienal de Luanda. Mas, este ano, gostaria de trabalhar em projectos audiovisuais. O cinema e a televisão têm um impacto significativo que poderiam ser muito bem aproveitados para fazer chamadas de atenção sobre a nossa realidade.

Já não é convidado para telenovelas e cinema?

No ano antepassado, fiz algumas aparições em novelas, mas o paradigma

PERFIL

Raul Rosário é actor, produtor, encenador, luminotécnico, percussionista e bailarino de dança contemporânea. Nasceu a 22 de Agosto de 1973 em Benguela. Começou no teatro em 1991, com a peça ‘Equus’, de Peter Shaffer, encenado por Maria João Ganga, em Luanda. Mais tarde, integrou a companhia Elinga Teatro que representa até agora.

não é esse. Houve mudanças de estética nos conteúdos audiovisuais e da música angolana: pessoas como eu, com mais de 40 anos, viveu e aprendeu outra estética musical, por exemplo (a dos anos 1980, antes das batidas do kuduro), porque, nessa altura, ouvia cantores como Prado Paím, Kiezos, etc. É como nas novelas ou cinema. A matriz que se quer é de actores mais elegantes, diferente das novelas antigas. Não se viam tantos bonitões assim, eram as histórias, bem profundas, que chamavam a atenção, contrário das estéticas (dos enredos) de agora, que são muito superficiais. Por isso muitos colegas, não só em teatro como na música, não são convidados para novos trabalhos.

E para quem escreve histórias para teatro?

Temos poucos dramaturgos com livros editados. O único que conheço, que escreve só para teatro, é José Mena Abrantes (do Elinga Teatro). Outros já são escritores (que não escrevem exclusivamente para o teatro), como Fragata de Moraes e Pepetela. Com livros editados, a história vai andar pelo mundo afora onde se poderão recuperar outros trabalhos (e reconhecer a paternidade da obra). A maior parte dos grupos tem histórias escritas pelos próprios, outros adaptam de romances e contos, mas sem estarem editados. Deve prestar-se também atenção a esses que escrevem, no sentido de serem mais capacitados. Temos de escrever mais sobre a nossa história, aproveitar as obras dos nossos célebres escritores (que retratam as nossas vivências).

NÚMEROS DA SEMANA

147%

Aumento de produção que a empresa australiana Lucapa Diamond Company registou, durante o último trimestre do ano passado, anunciou a companhia em comunicado.

367

Número das infracções aduaneiras, registadas durante 2016, nas regiões fronteiriças de Xangongo e Santa Clara, no Cunene.

82

Milhões de dólares foi o valor do contrato que a empresa Andrade Gutierrez Engenharia assinou com o Ministério das Finanças para a conclusão das obras da pista do aeroporto do Dundo, Lunda-Norte.

744

Toneladas de peixe foram capturadas, em 2016, por 49 associações de pesca artesanal no Uíge, contra 490 mil quilos de 2015.

AVALIADA EM CERCA DE 400 MILHÕES DE DÓLARES TDT ‘complica’ contas do Governo

Pelo menos, 386 milhões de dólares é o que deverá custar o programa de migração da televisão analógica para digital. O valor está a ‘complicar’ as contas do Governo, que decidiu não avançar com o projecto este ano, como inicialmente estava previsto.

As autoridades pretendem incluir o programa de Televisão Digital Terrestre (TDT) na linha de crédito da

China e envolver empresas privadas no processo para reduzir os encargos do Estado, segundo um despacho presidencial. A empresa pública TVDA (Serviços de Transmissão e Difusão), criada para a migração digital dos serviços de teledifusão terrestre, passa a ter um capital social subscrito em apenas 16% pela Televisão Pública de Angola.



“O ministro das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação deve assegurar todos os procedimentos legais e administrativos com entidades privadas para a subscrição dos 84% do capital social no investimento requerido para a capitação da sociedade TVDA”, lê-se no documento assinado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

O Governo reconhece a “necessidade de se estabelecer um modelo mais ajustado ao actual contexto económico”, através da participação de “entidades privadas” e adianta que o ministro das Finanças “deve assegurar o cumprimento dos pressupostos para a elegibilidade e enquadramento do mesmo na linha de crédito chinesa”. A TDT angolana, de acordo com o plano inicial, deveria chegar a 117 municípios, até Junho de 2017.

APOIADO PELO PNUD

Angola procura ‘rendimento médio’

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) está a apoiar o Governo na elaboração de um plano a cinco anos para garantir a transição para um país de rendimento médio, segundo a conselheira económica do PNUD em Angola.

Glenda Gallardo afirmou ainda que a crise financeira exige “alvos concretos para se obter bons resultados”, destacando que os angolanos têm um papel importante e explicou por que razão o processo é um “desafio e oportunidade”. A graduação de Angola para país de rendimento médio está prevista para Fevereiro de 2021, altura em que se estima que a taxa de desemprego seja de 20%.

A conselheira económica do PNUD tinha reiterado, em Junho, que era “preciso diversificar a economia que depende fortemente do petróleo e ter um investimento intenso no capital humano”. “Há bancos internacionais que já estão a dar um tratamento de rendimento

médio a Angola, pelo que a graduação em 2021 não vai representar uma grande mudança”. Entre as recomendações do PNUD estão o estímulo à formação de jovens, bem como, o acesso ao ensino médio e técnico e o enquadramento de mais jovens nos processos produtivos.



CRUDE EM 2017

Barril atingiu 58 dólares

O petróleo entrou em 2017 a subir para o valor mais alto desde Julho de 2015. A escalada do Brent (referência para as exportações angolanas) em Londres passou a fasquia dos 58 dólares e, em Nova Iorque, o barril abriu o ano a valorizar mais de 2%, chegando aos 55 dólares.

Esta notícia agrada claramente países como Angola, cuja economia foi bastante atingida pela descida acentuada do valor do petróleo, a principal exportação. A descida foi promovida, sobretudo, pelos EUA, há cerca de ano e meio, a reboque das políticas de pressão sobre a Rússia devido à alegada interferência de Moscovo no conflito da Ucrânia.

A actual subida está directamente relacionada com o corte de produção acordado em Setembro pela OPEP, à qual pertence Angola. Os cortes de produção já terão começado a ser aplicados pelo Kuwait e Omã.

A Rússia é actualmente o maior produtor de petróleo do mundo e, no mês passado, aceitou aliar-se à OPEP no corte da produção para promover a revalorização do “ouro negro”.

O VALOR ESTA SEMANA

UNTA ANUNCIA

Desemprego afecta 15 mil

Mais de 15 mil angolanos perderam o emprego, até ao primeiro semestre do ano passado, por causa do abrandamento da economia e o encerramento de muitas empresas, estimou a Unta - Confederação Sindical. O sector da construção, segundo a entidade sindical que não avança números sectoriais, foi a área mais afectada. **Pág. 12**



AVIAÇÃO

Kenya Airways vai a tribunal

Grupo angolano Belchix intentou um processo judicial contra companhia aérea queniana, cuja sentença deverá ser ditada em Fevereiro. O litígio entre as duas entidades, que já dura um ano, surge na sequência de desentendimentos entre as partes em relação ao valor dos bilhetes de passagem comercializados em Luanda. **Pág. 18**

SEGUROS

Bonws quer petróleo

PCE da Bonws Seguros, Luís Vera Pedro, diz que a empresa está preparada para entrar no mercado do seguro petrolífero, dominado pela Ensa. Em entrevista ao VE, o gestor, que promete novos serviços este ano, não poupou críticas ao quadro regulador do sector, onde, segundo diz, falta maior fiscalização. **Págs. 4 a 6**